



Universidade Federal do Pará  
Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares  
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Amazônia Oriental  
Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas  
Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável

Eduarda Emília Magalhães Cristóvão

**O cooperativismo e as trajetórias familiares:**

O papel da Coomar nos sistemas produtivos do Quilombo de Pimenteira, Santa  
Luzia do Pará.

Belém

2025

Eduarda Emilia Magalhães Cristóvão

**O cooperativismo e as trajetórias familiares:**

O papel da Coomar nos sistemas produtivos do Quilombo de Pimenteira, Santa Luzia do Pará.

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós- Graduação em Agriculturas Amazônicas, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental. Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.

Orientador: Prof. Dr. Luis Mauro Santos Silva

Coorientador: Prof. Dr. Philippe Jean Louis Sablayrolles

Belém

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)  
autor(a)

---

- C933c Cristóvão, Eduarda Emilia Magalhães.  
O cooperativismo e as trajetórias familiares : O papel da  
Coomar nos sistemas produtivos do Quilombo de  
Pimenteira, Santa Luzia do Pará. / Eduarda Emilia  
Magalhães Cristóvão. — 2025.  
82 f. : il. color.
- Orientador(a): Prof. Dr. Luis Mauro Santos Silva  
Coorientador(a): Prof. Dr. Philippe Jean Louis  
Sablayrolles  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,  
Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Programa de  
Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2025.
1. Cooperativismo. 2. Comercialização. 3.  
Comunidades Quilombolas. 4. Sistemas produtivos  
amazônicos. I. Título.

CDD 630.9811

---


**Eduarda Emilia Magalhães Cristóvão**

**O cooperativismo e as trajetórias familiares:**

O papel da Coomar nos sistemas produtivos do Quilombo de Pimenteira, Santa Luzia do Pará.

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós- Graduação em Agriculturas Amazônicas, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental. Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.


Aprovado em 25 de fevereiro de 2025  
Conceito: Aprovado

Documento assinado digitalmente  
 **LUIS MAURO SANTOS SILVA**  
Data: 04/12/2025 08:48:04-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Banca Examinadora


---

Prof. Dr. Luis Mauro Santos Silva (Orientador)  
(PPGAA/INEAF/UFGPA)

Documento assinado digitalmente  
 **PHILIPPE JEAN LOUIS SABLAYROLLES**  
Data: 04/12/2025 16:40:58-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


---

Prof. Dr. Philippe Jean Louis Sablayrolles (Coorientador)  
(PPGAA/INEAF/UFGPA)

Documento assinado digitalmente  
 **MARILU MARCIA CAMPELO**  
Data: 04/12/2025 18:06:49-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marilu Marcia Campelo (Examinador externo)  
(IFCH/UFGPA)

Documento assinado digitalmente  
 **WILLIAM SANTOS DE ASSIS**  
Data: 04/01/2026 21:11:47-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. William Santos de Assis (Examinador interno)  
(PPGAA/INEAF/UFGPA)

Documento assinado digitalmente  
 **MARIA DE NAZARE REIS GHIRARDI**  
Data: 04/01/2026 21:11:47-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

M<sup>a</sup>. Maria de Nazaré Reis Ghirardi (Examinador suplente)

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente agradeço a Deus, que em sua divina providência jamais me deixou desassistida nessa jornada, e a Virgem Santíssima, Mãe da Divina Providência, que tão maternalmente intercede por mim em todas as minhas aflições. Em segundo lugar, agradeço aos meus familiares, maiores apoiadores dos meus sonhos, sem os quais a realização não seria possível.

Ao Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares e ao Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, bem como seus docentes, técnicos e colegas de turma, pela oportunidade de aprendizado sobre ciência, pesquisa e responsabilidade social.

Também aos professores e colegas do Projeto Cooperativas Camponesas, financiadores e colaboradores na construção deste projeto de pesquisa, bem como às cooperativas e comunidades, em especial à Coomar e à Comunidade Quilombola de Pimenteria, pela acolhida e oportunidade de trabalho conjunto.

Ao meu orientador, Professor Luis Mauro, e coorientador, Professor Philippe Sablayrolles, pela orientação e colaboração nesses dois anos de mestrado, que foram fundamentais para a minha formação como pesquisadora.

À Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Fundação Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP) e Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP) pelo financiamento desta pesquisa.

Por fim, agradeço a todos os meus amigos, em especial a Rita, Alessandro, Larissa, Andrey, Luide e Heloise, que me acompanharam e apoiaram nessa etapa da minha vida, e que muito contribuíram também na construção desse projeto.

“O mundo olha pra Amazônia por satélite e só consegue enxergar o verde e os rios, mas não vê as pessoas que vivem aqui. Pra proteger as árvores e os rios, é preciso cuidar das pessoas que protegem as árvores e os rios”.

- Vanda Witoto

## RESUMO

A pesquisa tem como objetivo compreender a trajetória dos sistemas produtivos e das práticas de comercialização das famílias da Comunidade Quilombola de Pimenteira, localizada no município de Santa Luzia do Pará, Região Bragantina no Estado do Pará, e o papel que a Cooperativa Mista dos Agricultores e Agricultoras Familiares entre os rios Caeté e Gurupi (Coomar) exerce nessas trajetórias agrárias. Para tanto, buscamos conhecer a história da comunidade, da cooperativa e seu contexto local, caracterizar os sistemas de produção e práticas de comercialização das famílias, além das mudanças percebidas pelos agricultores para então identificar o papel da Coomar nas mudanças observadas. A fim de alcançar os objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa de caráter qualitativo na forma de um estudo de caso exploratório. Como instrumentos de pesquisa foram aplicadas junto a comunidade entrevistas semiestruturadas, observação direta em campo, seguida de sistematização e análise dos dados. Os resultados mostram que houve rupturas nas trajetórias produtivas pelo abandono da produção comercial da farinha de mandioca e escolha de alternativas para composição da renda monetária: o murumuru, PNAE e PAA, via cooperativa e açai, via atravessador. Nesse sentido, a cooperativa exerce um papel importante como canal de comercialização para a comunidade, os mercados acessados via cooperativa moldaram parte das mudanças percebidas nos sistemas de produção, como a inserção do extrativismo do murumuru como principal atividade geradora de renda monetária, maior comercialização e valorização dos cultivos dos quintais agroflorestais, como frutas e hortaliças, e possibilidade de investimento na agricultura, por meio da renda alcançada. Todavia, é importante ressaltar a dependência do mercado aos quais essas relações comerciais do extrativismo de oleaginosas são subordinadas, e a importância da diversificação como instrumento de manutenção da autonomia das comunidades.

**Palavras-chave:** Cooperativismo, Comunidades Quilombolas, Sistemas produtivos amazônicos, Comercialização.

## **ABSTRACT**

The research aims to understand the trajectory of productive systems and commercialization practices of families in the quilombola community of Pimenteira, located in the municipality of Santa Luzia do Pará, in the Bragantina Zone of the state of Pará, as well as the role played by the Mixed Cooperative of Family Farmers between the Caeté and Gurupi Rivers (Coomar) in these agrarian trajectories. To achieve this, we seek to explore the history of the community and the cooperative within their local context, characterize the families' production systems and commercialization practices, and analyze the changes perceived by farmers to identify the cooperative's role in these transformations. To achieve the proposed objectives, a qualitative study was conducted in the form of an exploratory case study. As research instruments, semi-structured interviews were conducted with the community, along with direct field observation, followed by the systematization and analysis of the data. The results show that there have been disruptions in productive trajectories due to the abandonment of commercial manioc flour production and the adoption of alternative income sources, such as murumuru extraction, participation in the PNAE and PAA programs through the cooperative, and açaí sales through intermediaries. In this context, the cooperative plays a crucial role as a commercialization channel for the community. The markets accessed through the cooperative have shaped some of the observed changes in production systems, such as the integration of murumuru extraction as the primary income-generating activity, the increased commercialization and valuation of agroforestry backyard crops (such as fruits and vegetables), and the ability to invest in agriculture through earned income. However, it is important to highlight the dependence on the market to which these commercial extractivist activities are subordinated, as well as the significance of diversification as a strategy for maintaining the autonomy of these communities.

**Keywords:** Cooperativism, Quilombola Communities, Amazonian production systems, Commercialization.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> - Mapa de localização da Comunidade Remanescente de Quilombo de Pimenteira, no município de Santa Luzia do Pará.....	26
<b>Figura 2</b> - Entrada do território do Quilombo de Pimenteira .....	27
<b>Figura 3</b> - Banner com apresentação do projeto desenvolvido pela associação na construção da casa de frango .....	29
<b>Figura 4</b> - Mapa das propriedades com processo aberto junto a SEMAS PA para realização do Cadastro Ambiental Rural no entorno do território quilombola.....	40
<b>Figura 5</b> - Esquemas de organização de uma pequena região de cultivadores florestais.....	53
<b>Figura 6</b> – Mapa de localização de áreas de roça no território .....	54
<b>Figura 7</b> - Palmeira do murumuruzeiro em área de quintal (A) e semente (B) .....	55
<b>Figura 8</b> – Mapa das áreas de coleta do murumuru no território coletivo .....	56
<b>Figura 9</b> - Área de residência de uma família da comunidade com casa de secagem no quintal (A) e imagens da casa de secagem (B e C) .....	57
<b>Figura 10</b> - Diversidade de espécies cultivadas nos quintais (A), canteiros de horta (B e C) e flores utilizadas para o preparo do "chá azul" (D) .....	59
<b>Figura 11</b> - Criação de gado no território da comunidade quilombola .....	60

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Síntese das etapas metodológicas da pesquisa .....	31
<b>Tabela 2</b> - Fases da trajetória agrária do Quilombo de Pimenteira .....	46
<b>Tabela 3</b> – Tipo de práticas comerciais desenvolvidas pelas famílias .....	51
<b>Tabela 4</b> - Principais cultivos encontrados nos quintais das famílias entrevistadas .	58
<b>Tabela 5</b> - Trajetória familiar de entrevistado cooperado .....	66
<b>Tabela 6</b> - Trajetória familiar de entrevistado não cooperado .....	67

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

**ADCT** - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

**AQUAFAP** - Associação Quilombola dos Agricultores Familiares de Pimenteira

**CAR** – Cadastro Ambiental Rural

**CEBs** – Comunidades Eclesiais de Base

**CEDENPA** – Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará

**CNPQ** – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

**COOMAR** - Cooperativa Mista dos Agricultores e Agricultoras Familiares entre os rios Caeté e Gurupi

**ECRAMA** - Escola de Formação para Jovens Agricultores(as) de Comunidades Rurais Amazônicas

**FADESP** – Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa

**INCRA** – Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária

**ONGs** - Organizações Não Governamentais

**PAA** - Programa de Aquisição de Alimentos

**PNAE** - Programa Nacional de Alimentação Escolar

**PRONAF** - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

**SEMAS** - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade

**SESCOOP** - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do Estado do Pará

**STTRs** – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

**SVI** – Servizio Volontario Internazionale

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	12
1.1. <b>Problemática da pesquisa e pergunta de partida</b> .....	14
<b>2. OBJETIVOS DA PESQUISA</b> .....	16
<b>3. REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	17
3.1. Os sistemas produtivos das comunidades tradicionais amazônicas.....	17
3.2. Cooperação e cooperativismo em comunidades tradicionais na Amazônia.....	19
3.3. As comunidades remanescentes de quilombos e seus territórios.....	21
<b>4. ASPECTOS METODOLÓGICOS</b> .....	25
4.1. O lócus da pesquisa.....	25
4.2. Procedimentos metodológicos .....	27
<b>5. RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	33
<b>5.1. O quilombo de Pimenteira: fases de sua trajetória agrária e contexto local</b> .....	33
5.1.1. Ocupação do quilombo e a comercialização pelo rio Guamá (1960 – 1980) .....	33
5.1.2. A abertura dos ramais e avanço da pecuária (1980 – 2000).....	37
5.1.3. Identidade quilombola, acesso a novos mercados e políticas (2000 e 2024).....	41
<b>5.2. Os agroecossistemas e a comercialização no Quilombo de Pimenteira</b> .....	48
5.2.1. A evolução da comercialização das famílias .....	48
5.2.2. Caracterização dos sistemas produtivos e práticas comerciais das famílias quilombolas .....	51
5.2.2.1. As roças da comunidade .....	52
5.2.2.2. O extrativismo do murumuru.....	54
5.2.2.3. Os quintais agroflorestais .....	57
5.2.2.4. As áreas de pastagem.....	59
<b>5.3. A trajetória dos sistemas produtivos das famílias e os atores envolvidos</b> .....	60
5.3.1. Evolução produtiva e momentos de rupturas nas trajetórias.....	60
5.3.2. Algumas trajetórias familiares.....	65
5.3.3. O papel da Coomar .....	67
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	71
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	73
<b>APÊNDICE I – ROTEIROS DE ENTREVISTA</b> .....	80
<b>APÊNDICE II - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO</b> .....	83

## 1. INTRODUÇÃO

A trajetória de construção desta pesquisa de dissertação se inicia a partir da minha participação, logo nos primeiros meses do curso de mestrado, no Projeto Cooperativas Camponesas, que é fruto da articulação de dois outros projetos. O primeiro, financiado pela Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP), tem o objetivo de promover a capacitação de agricultores familiares nos temas da comercialização e da sustentabilidade da produção agrícola, envolvendo especialmente comunidades quilombolas.

O segundo é financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do Estado do Pará (SESCOOP), com objetivo de promover o desenvolvimento organizacional das cooperativas da agricultura familiar no Pará, através do diagnóstico de desempenho, planejamento de assistência técnica e formulação de diretrizes de assistência técnica para cooperativas paraenses. Os dois projetos em conjunto, intitulado Projeto Cooperativas Camponesas, trabalham junto a cooperativas formadas por agricultores familiares nos municípios de Santa Luzia do Pará, Irituia, Cametá e São Félix do Xingu.

A temática do cooperativismo apresenta grande pertinência na atualidade. O movimento cooperativo nasce em um cenário em que as discussões acerca das condições de vida, do modelo de produção e suas consequências no contexto social eram constantes, muito em vista da realidade industrial em que se encontravam. Nesse contexto, o cooperativismo surge como um instrumento de substituição do individualismo pela cooperação, para assim reduzir custos, riscos e promover a colaboração econômica, com o objetivo de alcançar melhores resultados no que se refere a geração de renda monetária para as famílias participantes (Frantz, 2012). Em vista disso, inicia-se as primeiras formulações de implantação de comunidades cooperativas, como forma de emancipação dos trabalhadores, sobretudo na Europa (Oliveira e Santos, 2012).

Ao analisarmos a chegada do cooperativismo no Brasil, conforme descreve Culti (2006), percebe-se não se tratar de uma política pública pensada para as classes trabalhadoras, mas adequado ao interesse das elites. Podemos observar a influência da conjuntura nacional que impulsiona o cooperativismo refletido na trajetória das

cooperativas amazônicas. Reis (2002) aponta que no Estado do Pará, reflexo das políticas nacionais implementadas pelo governo militar, inúmeras cooperativas surgiram a partir de incentivo de programas governamentais, todavia, esses programas foram traçados sem participação popular e nem adaptados para a dinâmica da agricultura familiar local.

Nesse cenário, nas diversas regiões do estado do Pará, surge também um cooperativismo construído das bases sociais, com maior protagonismo dos agricultores e apoio das Comunidades Eclesiais de Base (CEB), Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) e Organizações Não Governamentais (ONG). Essa é a trajetória de muitas pequenas cooperativas no estado do Pará e, em especial, da Cooperativa Mista dos Agricultores e Agricultoras Familiares entre os rios Caeté e Gurupi (Coomar), com sede no município de Santa Luzia do Pará, uma das cooperativas foco de estudo do projeto e foco desta pesquisa.

A Coomar foi fundada em 1996 e contou para seu surgimento com o apoio da ONG italiana *Servizio Volontario Internazionale* (SVI), sendo fruto também da caminhada das CEB na Região Bragantina (Reis, 2002). O quadro social da cooperativa é formado por quilombolas e outros agricultores familiares, abrangendo além de Santa Luzia do Pará, os municípios de Bragança, Viseu e Cachoeira do Piriá (Rocha, 2020).

A agricultura familiar na Região Bragantina apresenta uma diversidade de origens, formas de gerir o território e produzir, fruto dos diferentes processos históricos de ocupação. Os registros de criação dos primeiros núcleos populacionais na Região Bragantina datam do século XVII, com objetivo de produção agrícola para abastecimento de Belém (Leandro 2010).

Desde então, diferentes movimentos governamentais, com tentativas de incentivar a migração de estrangeiros para a criação de núcleos populacionais para a produção agrícola, se sucederam, todavia, foram migrações nordestinas que formaram parte da agricultura familiar na região (Leandro, 2010).

Junto às comunidades indígenas que historicamente já ocupavam o território brasileiro, outros grupos também se somaram nesses processos de ocupação, como os trabalhadores africanos escravizados e comercializados na região, bem como seus

descendentes, que, como forma de resistência ao trabalho compulsório aos quais eram submetidos, formaram núcleos populacionais (Leandro, 2010).

O acesso a mercados sempre apresentou dificuldades para os agricultores familiares, dependendo muitas vezes de intermediários para a comercialização da produção, dessa forma, essas populações desenvolveram formas de cooperação que facilitassem sua comercialização, entre eles o cooperativismo.

### **1.1. Problemática da pesquisa e pergunta de partida**

Os estudos sobre o cooperativismo na agricultura familiar (Rocha, 2020; Silva e Schultz, 2017; Silva e Nunes, 2023) realizados nos últimos anos objetivaram compreender esses empreendimentos a partir da perspectiva das cooperativas, demonstrando os desafios que enfrentam em suas gestões e a importância desse dispositivo coletivo enquanto estratégia utilizada pelas famílias para acesso a mercados e políticas. Todas as análises acerca dos processos internos às cooperativas são fundamentais para compreender os desafios e a importância desses empreendimentos, como se posicionam e se relacionam com o mercado, bem como se adaptam a estes ao decorrer de suas trajetórias.

Contudo, da mesma forma que as cooperativas se moldam, também se molda o seu quadro social, agricultores que participam, em diferentes medidas, desses processos e suas comunidades. Dessa forma, avaliar esses dispositivos coletivos a partir da perspectiva dos agricultores é fundamental, uma vez que há uma diversidade de agricultores que construíram e constroem as cooperativas ao decorrer dos anos, com diferentes realidades. Nesse sentido, alguns estudos buscam compreender os benefícios que o cooperativismo gera para a agricultura familiar e seus cooperados, relacionados sobretudo com o aumento de renda que a comercialização via cooperativas proporciona (Morais e Santos, 2021; Andrade e Alves, 2013).

Entretanto, também é importante compreender de forma mais aprofundada os efeitos da relação com a cooperativa nos sistemas produtivos, que influenciam diretamente no cotidiano dessas famílias, para além dos benefícios, mas analisando suas trajetórias, considerando a realidade em que está inserida. Tal aprofundamento se torna especialmente necessário no território amazônico, considerando a

especificidade dos povos que vivem na região e a história de ocupação da Amazônia em que as cooperativas se consolidam.

A região bragantina é um dos palcos, no estado do Pará, do surgimento e fortalecimento desses empreendimentos cooperativos, construídos com protagonismo de agricultores familiares e apoio de instituições religiosas e ONG como alternativa às políticas de estado da segunda metade do século XX, que pouco serviam aos interesses dos agricultores (Reis, 2002). Nesse contexto do cooperativismo bragantino, funda-se a Coomar, em 1996, com objetivo de fortalecer a agricultura familiar na região. Para tanto, não só na região bragantina como no estado do Pará como um todo, o cooperativismo é implementado, como nos demonstra Rocha (2020), para resolver o problema da comercialização dos produtos da agricultura, em busca do aumento de renda das famílias, eliminando intermediários no processo de comercialização, ou seja, a figura do atravessador.

Entre os agricultores e comunidades que constroem e compõem o quadro social da Coomar estão as comunidades quilombolas. Dados levantados pelo Projeto Cooperativas Camponesas mostram que, das cinco comunidades remanescentes de quilombo reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares no município de Santa Luzia do Pará (Jacarequara, Muruteuazinho, Tipitinga, Três Voltas e Pimenteira), em três encontramos cooperados da Coomar (Jacarequara, Muruteuazinho e Pimenteira), somando juntas 42% do atual quadro social da cooperativa. Demonstra-se a importância e participação dessas comunidades na cooperativa. Dentre essas comunidades, o Quilombo de Pimenteira se destaca com maior número de cooperados, ainda de acordo com os dados do Projeto Cooperativas Camponesas.

As comunidades remanescentes de quilombos na região bragantina apresentam um longo processo de ocupação e resistência através dos anos (Castro, 2006a). As comunidades quilombolas, tanto no município quanto no restante do país, construíram uma identidade com características específicas, com formas próprias de se relacionar com a terra, produções coletivas e relações sociais comunais (Furtado, Pedroza e Alves, 2014). Essa identidade, no entanto, só passou a ser visibilizada pelo Estado a partir das políticas de reconhecimento territorial e de direitos promovidas nas últimas décadas. Essas especificidades em territórios quilombolas se refletem também na gestão dos sistemas de produção das famílias, sobretudo quando

consideramos que são territórios coletivos e que se moldam a partir dos dispositivos políticos também, sendo necessário sempre considerar o contexto em qual o ponto da trajetória analisado está inserido.

Dessa forma, compreender as trajetórias dos sistemas produtivos e das práticas comerciais a partir do recorte territorial do Quilombo de Pimenteira nos ajuda também a entender qual o papel que a cooperativa pode desempenhar no cotidiano das famílias, com um olhar para o cooperativismo através da perspectiva da unidade familiar e da comunidade, considerando suas especificidades que constroem a identidade da comunidade.

Diante disso, a pergunta que norteia a pesquisa é: Qual o papel da cooperativa Coomar na trajetória dos sistemas produtivos e práticas de comercialização das famílias da Comunidade Quilombola de Pimenteira, Santa Luzia do Pará?

## **2. OBJETIVOS DA PESQUISA**

### **2.1. Objetivo geral:**

Compreender as trajetórias dos sistemas produtivos e das práticas de comercialização das famílias da Comunidade Quilombola de Pimenteira, Santa Luzia do Pará, e o papel da cooperativa Coomar nessas trajetórias.

### **2.2. Objetivos específicos:**

I – Historizar a Comunidade Quilombola de Pimenteira, sua trajetória e o contexto local no qual está inserida, assim como a cooperativa Coomar.

II – Caracterizar os sistemas de produção e práticas de comercialização das famílias, bem como as principais mudanças percebidas pelos agricultores.

III – Identificar, através das trajetórias familiares, o papel da cooperativa nas mudanças identificadas.

### 3. REFERENCIAL TEÓRICO

#### 3.1. Os sistemas produtivos das comunidades tradicionais amazônicas

Para fins de conceituação nesta pesquisa, vamos partir da ideia de sistema produtivo na perspectiva de agroecossistema, para assim definirmos a unidade de análise da pesquisa. Como explica Altieri (2012), agroecossistemas, sistemas de produção agrícola e sistema agrícola são termos utilizados para descrever atividades agrícolas realizadas por grupos humanos.

Os agroecossistemas abarcam uma diversidade de elementos, as comunidades de plantas, ou seja, os cultivos, os animais, bem como o ambiente físico e químico, que, manipulados pela humanidade, interagem de forma que se produza alimentos e outros produtos de interesse para utilização humana (Altieri, 2012).

Dessa forma, são ecossistemas semidomesticados estruturados a partir da interação das características biológicas e ambientais internas e fatores sociais e econômicos externos, ou seja, resultam de variações locais de clima, solo, relações econômicas, estrutura social e história (Altieri, 1995).

Gliessman (2000) entende o agroecossistema como um local de produção agrícola, formado por um conjunto complexo de insumos e produções, bem como interações entre as partes que o compõe. Seu funcionamento, de acordo com o autor, baseia-se nos princípios de funcionamento dos ecossistemas naturais. Dessa forma, os sistemas produtivos abarcam as atividades agrícolas (roças, criação de animais, quintais agroflorestais etc.) desenvolvidas em determinada unidade de produção e todos os demais fatores externos que o influenciam.

Essas unidades de produção familiares se configuram de uma diversidade de modos, especialmente nas comunidades tradicionais amazônicas, conferindo aos agroecossistemas manejados por essas populações características próprias.

Quando tratamos dos povos tradicionais da Amazônia, destaca-se que esse conceito é composto por diversas características, desde o regime de propriedade comum desenvolvido por esses povos, até o sentimento de pertencimento a um lugar, a autonomia e práticas adaptativas sustentáveis, apontando semelhanças na diversidade fundiária da Amazônia e do país (Little, 2018). Todos esses elementos são de importante análise para compreender a construção dos sistemas produtivos dessas comunidades.

Como explica Almeida (2006), o tradicional não se refere à relação de tempo ou história que as populações ocupam no espaço, mas a forma como o grupo se relaciona com o território, “o tradicional pressupõe esta maneira de existir coletivamente (p. 65)”. Dessa forma, um primeiro aspecto dessas comunidades tradicionais que deve ser considerado ao estudarmos seus sistemas produtivos é o caráter coletivo dos territórios ocupados. É importante compreendermos para análise dos agroecossistemas que, nesses espaços coletivos, as delimitações das atividades agroextrativistas de cada família ocorrem diferentemente.

Vasques *et al.* (2015) exemplificam a organização dos sistemas produtivos em comunidades com territórios coletivos no Amazonas:

A distribuição das terras para plantios obedece à tradição das famílias locais, os quintais agroflorestais são mais próximos e localizam-se no âmbito da comunidade, (que é uma porção da ilha). Enquanto que as roças e capoeiras situam-se em outra margem do rio, necessitando de canoas para o seu deslocamento. Cada família divide com seus parentes as terras, sempre respeitando o espaço de cada um [...] (Vasques *et al.*, 2015, p. 71).

Em vista disso, os diferentes cultivos, muitas vezes, não se dispõem em áreas contínuas, formando uma unidade de produção delimitada, mas são dispostos no território a partir de regras locais de acesso e uso dos recursos. Ademais, as atividades desenvolvidas apresentam uma lógica complexa, pois se constituem de múltiplas formas de relacionamento com os recursos, com forte relação com a natureza, e essa diversidade de práticas assegura sua reprodução social, além disso, associado a agricultura, o extrativismo é uma atividade importante que compõe a complexidade desses povos (Castro, 2000).

Além disso, como explica Altieri (2004), os agroecossistemas tradicionais construídos por essas comunidades, mesmo variando geográfica e historicamente, apresentam características compartilhadas como o grande número de espécies, a exploração de uma gama de microambientes, a manutenção dos ciclos de materiais e resíduos, baixo nível de insumos tecnológicos e a produção para consumo local.

Esses agroecossistemas também são espaços de relações sociais, com trocas de conhecimento e materiais biológicos, fato que também colabora para manutenção e conservação da agrobiodiversidade nesses sistemas (Vasques *et al.*, 2015).

Diante disso, como explicam Emperaire *et al.* (2021), os sistemas produtivos manejados por essas comunidades apresentam uma função importante como

reservatório de recursos fitogenéticos e de manutenção da biodiversidade, além de serem adaptados às condições ecológicas locais.

Trabalhados esses conceitos para compreender os sistemas de produção, é necessário fazer sua caracterização, ou seja, identificar e entender as atividades desenvolvidas. Dufumier (2010) afirma que os sistemas agrícolas de produção são combinações de diversos subsistemas como: os sistemas de cultivos, de criação e de transformação ou beneficiamento.

A literatura citada ressalta que, ao estudar cada subsistema para compreender o todo, é fundamental entender as relações de concorrência que existem entre as espécies vegetais e animais, bem como a alocação da força de trabalho e dos meios de produção destinados a cada atividade realizada.

Por fim, somado a todos esses aspectos, outro elemento que nos ajuda a compreender a complexidade dos sistemas produtivos amazônicos é analisar a história produtiva de cada família:

A história da unidade produtiva permite compreender como puderam ser adquiridos os principais meios de produção disponíveis, destacando-se o encadeamento das decisões que resultaram na adoção do sistema de produção atual (Dufumier, 2010, p. 95).

Como vimos, os agroecossistemas manejados por comunidades tradicionais amazônicas não são espaços isolados, mas com constante interação entre seus componentes internos, externos e a sociedade, caracterizando-se como espaços que se moldam também por meio das relações sociais que se estabelecem.

### 3.2. Cooperação e cooperativismo em comunidades tradicionais na Amazônia

A cooperação está presente na organização das sociedades humanas desde a pré-história, contribuindo para a estruturação das diferentes organizações sociais, por meio da luta pela sobrevivência frente às adversidades (Oliveira e Santos, 2012). Esse conceito se baseia no princípio de que a união dos esforços individuais proporciona uma força produtiva superior à soma das unidades que as integram (Christoffoli, 2012). A cooperação não está apenas no sentido restrito aplicável a formas contratuais, mas designa a participação de um indivíduo ou mais em trabalhos de interesse comum ou geral (Caldeira, 1956).

Como explica De Marcos (2016), a cooperação está no seio da lógica camponesa de produção, apresentando-se como elemento estruturante no trabalho camponês, podendo ser observada em atividades simples como troca de dias de serviço ou com grupos maiores, como os mutirões. A autora ainda afirma que, além da cooperação no trabalho, essas populações rurais também cooperam nas formas de uso da terra, estabelecendo práticas de uso comum que permitem a ampliação das atividades, fato que não ocorreria individualmente.

Estudos das práticas de mutirão, realizados por Sousa (2013), demonstram que o apoio mútuo, diante das dificuldades das famílias rurais, mostra-se como uma maneira de sobreviver às condições adversas. O autor também demonstra que essas práticas formam uma estratégia de defesa dos interesses dos camponeses, sendo vistas como uma condição estruturante das relações inter e intrafamiliares que garante condições de permanência e sobrevivência nos territórios ocupados, extrapolando os níveis de produção camponesa.

Das diversas práticas e organizações coletivas, a formação e associação a cooperativas, forma de cooperação mais complexa, tem ganhado espaço entre as populações rurais na Amazônia. O cooperativismo, como movimento econômico e social, sobretudo no Brasil, é uma proposta de estratégia comercial que apresenta variadas lógicas de construção e gestão, que objetivam, em suma, a redução de custos de produção e comercialização e aumento de renda das unidades familiares (Frantz, 2012; Chayanov, 2017; Rocha, 2020).

O cooperativismo pode se configurar de várias formas nos territórios onde é desenvolvido. Nos estudos acerca da temática, muito se discute esses diferentes posicionamentos e papéis que as cooperativas podem exercer no cotidiano e modo de vida de seus cooperados. Resgato aqui a discussão proposta por Chiariello (2008), que indica que as cooperativas apresentam lógicas de gestão diferentes que tendem a uma corrente mais empresarial/tradicional, que enxerga a atuação da cooperativa como uma empresa que objetiva o lucro, ou a uma corrente dita popular/solidária que busca o cooperativismo como instrumento de emancipação por meio do trabalho coletivo e da solidariedade.

Essas diferentes lógicas vão refletir as características de seus associados, além de depender das estratégias de mercado definidas pelo projeto coletivo,

tendendo a uma corrente ou outra, entretanto, essas lógicas não são mutuamente excludentes. Analisando as cooperativas formadas por agricultores familiares no nordeste paraense, estudo realizado por Rocha (2020), vemos que estas apresentam essas duas realidades, ou seja, contam tanto com elementos de lógica empresarial, quanto voltados para a economia solidária, apresentando-se como um misto desses dois modelos.

Ao aproximarmos esse debate para a realidade das cooperativas amazônicas, observamos a diversidade de casos. O exemplo de Nascimento *et al.* (2019) acerca de cooperativas da agricultura familiar no Baixo Tocantins demonstra a importância desses empreendimentos como forma de desenvolvimento rural sustentável das populações tradicionais locais, fortalecendo essas comunidades e valorizando a diversidade do território. No oeste do estado do Pará, Souza *et al.* (2019) reforçam a importância do papel da cooperativa para o desenvolvimento das comunidades da Floresta Nacional do Tapajós.

No território do Baixo Amazonas, há exemplo de cooperativa de trabalho, apresentado por Correia, Ribeiro e Silva (2015), que é utilizada como instrumento para a comercialização da força de trabalho em comunidades quilombolas para grandes mineradoras que expropriam seus territórios extrativos, fazendo com que o trabalho assalariado seja única saída para reprodução das famílias, transformando territórios não capitalistas e os inserindo em uma lógica de capital por meio da subordinação da força de trabalho.

Dessa forma, observamos que são diversas as configurações do cooperativismo na Amazônia, bem como são vários os efeitos que as cooperativas podem ocasionar nos territórios, que são diversos e cada qual com sua singularidade. Em vista disso, para analisarmos o estudo de caso proposto nesse estudo, é importante que compreendamos as especificidades dos territórios quilombolas.

### 3.3. As comunidades remanescentes de quilombos e seus territórios

Um primeiro elemento fundamental para compreendermos os territórios tradicionalmente ocupados pelas comunidades remanescentes de quilombos é entender que também se trata de um território étnico. Castro (2006b) afirma que os

territórios étnicos abrigam “grupos com subjetivação de experiências identitárias, organização social e sentido de estratégia política (p. 14)”.

Anjos (2006) também conceitua o território étnico como espaço construído a partir da identidade e pertencimento territorial da população, com traços de origens comuns. Dessa forma, quando falamos dos territórios quilombolas, não abordamos apenas o espaço físico ocupado, mas consideramos também a identidade e organização social construída nessas comunidades negras.

Os quilombos, como apontado por Furtado, Pedroza e Alves (2014), surgiram em um contexto de luta contra a escravidão, uma manifestação da insubordinação negra, pois representavam formas de resistência contra a opressão aos quais africanos e seus descendentes foram submetidos ao longo da história. Nesses espaços de resistência, ainda de acordo com os autores, construiu-se uma identidade étnica com territorialidade e formação econômica e social próprias.

Outros aspectos importantes de se ressaltar é que, como observaremos nos próximos tópicos sobre a história de Pimenteira, os quilombos não são formados apenas a partir de fugas e nem se tratam de grupos isolados, essa visão, como aponta Souza (2008) reflete o pensamento colonial sobre essas comunidades. Castro (2006b) relata que as comunidades negras ocuparam as terras sob diferentes formas: heranças da época de antigas ocupações, através da ocupação de fazendas abandonadas e organização de quilombos.

A história nos mostra que essas comunidades, em muitos casos e inclusive na Região Bragantina, mantinham forte comércio com as sociedades envolvidas, e desenvolviam atividades econômicas, como o cultivo de pequenas roças e comercialização com o pequeno comércio informal, originando uma economia camponesa (Souza, 2008).

Apesar da importância indiscutível que as comunidades remanescentes de quilombos apresentam para a construção econômica e social do país, seus territórios eram e ainda são invisibilizados. O reconhecimento legal dos territórios tradicionalmente ocupados por essas comunidades ocorreu a partir do Art. 68 do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal que estabeleceu que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam

ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988).

Todavia, fazia-se necessário para aplicabilidade da legislação determinar quem seriam os remanescentes das comunidades de quilombos, e debater acerca dos próprios conceitos e definições utilizados na época. Como uma das respostas ao debate realizado, o decreto presidencial Nº 4.887/ 2003 determina que:

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (BRASIL, 2003).

Parte desse debate realizado utilizou como fundamento estudos antropológicos para compreender o termo quilombo em seus vários aspectos e realidades. A Associação Brasileira de Antropologia (1994) afirma que quilombos não se referem à resquícios de uma ocupação temporal, nem à grupos isolados e homogêneos, mas comunidades que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida, onde predominam o uso comum com relações de solidariedade e reciprocidade.

Ainda sob um ponto de vista antropológico, Almeida (2006), ao abordar as identidades, territórios e movimentos sociais na Pan-Amazônia, afirma que o movimento quilombola é construído e composto a partir de aspectos étnicos, mas não apenas considerando línguas, laços de sangue ou uma origem em comum, mas também baseados em mobilizações e formas de agrupamento político com base em elementos comuns.

Somando-se a esses conceitos, Nogueira, Américo e Costa (2014) caracterizam as comunidades quilombolas como grupos étnicos raciais que apresentam relações territoriais específicas, com diferenças do ponto de vista cultural, uma vez que reproduzem historicamente seu modo de vida, tendo como base a cooperação social e relações próprias com a natureza.

Na Amazônia, não diferentemente, o modo de produção desenvolvido nesses territórios possui como fundamento a posse e uso comum da terra, estratégia de defesa deste e de reprodução social das comunidades, nesses territórios construíram uma experiência coletiva de saberes e práticas para viver e resistir entre os rios e

florestas da região Amazônica, com livre acesso aos recursos (Acevedo Marin e Castro, 1993; Castro, 2006a).

#### 4. ASPECTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo foi desenvolvido no âmbito do projeto “Desenvolvimento organizacional das cooperativas da agricultura familiar no Pará”. Chamada CNPq / SESCOOP Nº 11/2022 – Pesquisa em Cooperativismo, em conjunto com o projeto de extensão 4503 - UFPA/FADESP- Capacitação de Agricultores Familiares (CONT.39/2021). Além disso, também contou com apoio e financiamento do Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, por meio do Programa de Apoio à Pós-Graduação.

##### 4.1. O lócus da pesquisa

O estudo foi realizado no Quilombo de Pimenteira, na zona rural do município de Santa Luzia do Pará, região imediata de Bragança, no estado do Pará. O território da comunidade localiza-se a 30 km da cooperativa Coomar, na sede municipal de Santa Luzia do Pará (ver Figura 1). Entre as comunidades quilombolas atuantes na cooperativa, Pimenteira se destaca em números de cooperados (18%), além disso, as demais famílias, como observado através das atividades de campo do Projeto Cooperativas Camponesas, mesmo não cooperadas apresentam grande relação de comercialização com a cooperativa. Essa relação ocorre, muito em vista, devido ao acesso aos mercados disponibilizados pela cooperativa.

De acordo com dados da Comissão Pró-Índio de São Paulo (2021), a comunidade é formada por 24 famílias e está em processo de titulação junto ao Instituto Nacional da Colonização e Agrária (Incra) desde 2005, ano de abertura do processo na Superintendência Regional do Pará e é reconhecida e certificada como comunidade remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares desde 2006. A comunidade é representada pela Associação Quilombola dos Agricultores Familiares de Pimenteira (AQUAFAP).

O Quilombo de Pimenteira possui uma relação de conhecimentos agrícolas e de cultivo de plantas, bem como dos recursos naturais, em uma região de áreas remanescentes de floresta, fonte de recursos para a comunidade, e afinidade dos moradores com a natureza de forma intensa e ancestral (Santos, 2018). Estudos socioambientais realizados na comunidade (Melo e Oliveira, 2019) demonstram que a comunidade passa também por transformações, tanto produtivas quanto ambientais.

De acordo com o relato dos moradores, a ocupação do território se iniciou na década de 1950, com a vinda de moradores do Quilombo de Narcisa, no município de Capitão Poço, por conta do aumento populacional no território, diante disso, algumas famílias buscaram novas áreas para realização da agricultura e extrativismo, encontrando na região do Igarapé Pimenteira recursos abundantes para a reprodução social das famílias.

A Figura 1 retrata o mapa de localização da comunidade, apresentando a área onde se localizam as residências das famílias, uma visão da área geral da comunidade e sua localização no município, contudo, é importante ressaltar que não se trata da delimitação oficial do território, uma vez que não há a emissão de títulos por meio da união com essas informações, mas trata-se de uma delimitação baseada nos relatos de dimensão dos moradores, que nos ajudam a visualizar o uso e ocupação do solo na região através de imagens de satélite disponibilizadas pela empresa Google.

**Figura 1** - Mapa de localização da Comunidade Remanescente de Quilombo de Pimenteira, no município de Santa Luzia do Pará



Fonte: Autora (2025)

Os moradores também relatam haver uma diferenciação entre o que é a Comunidade Pimenteira e o Quilombo de Pimenteira, muito em razão da presença na

região de famílias que não se autodenominam quilombolas, além de migrantes nordestinos. Dessa forma, a delimitação informada pelas famílias não inclui essas unidades familiares, localizadas na outra margem do Igarapé Pimenteira, uma vez que estão localizadas fora do que é o território coletivo da comunidade remanescente de quilombo.

Diante disso, a pesquisa se limitou a estudar os sistemas de produção e práticas comerciais das famílias que se autodenominam quilombolas e residem no território coletivo, cooperadas ou não cooperadas, que participam ativamente ou não da AQUAFAP. A opção pelo recorte apenas do território quilombola se deu pela compreensão que, mesmo que haja proximidade física entre as famílias e relação com a cooperativa, as dinâmicas do território coletivo ocorrem diferentemente.

**Figura 2** - Entrada do território do Quilombo de Pimenteira



Fonte: Pesquisa de campo (2023)

#### 4.2. Procedimentos metodológicos

A pesquisa, de caráter qualitativo, foi realizada na forma de um estudo de caso exploratório, que tem como característica, como explica Gil (2008), ser um estudo que objetiva proporcionar uma visão geral acerca de determinado fato, com finalidade de desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias. O estudo de caso é uma estratégia de pesquisa que surge a partir de questões do tipo “como” ou “por que” acerca de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto na realidade (Yin, 2001). Essas estratégias de pesquisa se revelam adequadas para o desenvolvimento do estudo a fim de responder à pergunta proposta, fornecendo uma visão geral acerca

da relação comunidade-cooperativa, compreendendo essas relações a partir de um recorte de realidade, considerando o contexto em que está inserida.

Dessa forma, foram realizadas duas visitas à comunidade, uma primeira atividade de pré-campo ocorrida em setembro de 2023, onde foram entrevistadas 6 famílias cooperadas, tanto quilombolas quanto não quilombolas, da comunidade Pimenteira. Essas entrevistas, proposta como atividade do Projeto Cooperativas Camponesas, realizadas também por outros estudantes de graduação e pós-graduação vinculados ao projeto em outras comunidades de Santa Luzia do Pará, objetivaram conhecer um pouco da dinâmica agrária da região.

As entrevistas coletaram informações acerca da história da comunidade, uma breve caracterização dos sistemas produtivos, práticas comerciais e a relação cooperativa-família-comunidade. Na visita, entre os dias 26 e 28 de setembro de 2023, foi possível também acompanhar as atividades das famílias do quilombo que estavam desenvolvendo a construção de uma casa de frango comunitária, tanques de piscicultura e manutenção de canteiros de hortas através do “Projeto quintais agroecológicos, segurança alimentar e solidariedade, para a natureza e vida em abundância”, apoiado pelo Fundo Dema, Fase e Fundo Amazônia (Figura 3).

**Figura 3** - Banner com apresentação do projeto desenvolvido pela associação na construção da casa de frango



Fonte: Pesquisa de campo (2023)

A segunda visita a comunidade correspondeu às atividades de campo da pesquisa de dissertação que ocorreu entre os dias 8 e 11 de maio de 2024, foram realizadas entrevistas semiestruturadas utilizando dois roteiros (Apêndice I). O primeiro se tratou de um roteiro de perguntas acerca da trajetória da comunidade, buscando entender as mudanças nos ecossistemas, na população rural e sistema de produção agrário, as condições de comercialização e infraestrutura (Acesso a estrada e mercado para escoamento da produção e políticas públicas), aplicados com dois atores-chaves da comunidade, moradores mais antigos que vivenciaram desde o período de ocupação da comunidade.

O segundo roteiro foi aplicado junto a 16 famílias do território e objetivou compreender a história das famílias e as principais mudanças no ecossistema, nas atividades desenvolvidas, na família e na comercialização, com foco nos principais momentos de ruptura e o porquê de as famílias optarem pelas mudanças. Além disso, realizou-se também a caracterização dos sistemas produtivos, os principais usos das áreas, a produção e canais de comercialização.

As entrevistas foram realizadas nas casas de cada família, para tanto utilizou-se o roteiro e aparelho celular para gravação e registro de imagens. Cada família também assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice II), onde foi explicado os objetivos da coleta de dados, concordando com a participação voluntária na pesquisa.

A permanência na comunidade durante as visitas de campo também possibilitou a observação direta do cotidiano das famílias, suas atividades diárias. A observação direta consiste em um instrumento útil para fornecer informações adicionais, podendo-se observar alguns comportamentos ou condições ambientais relevantes que se apresentam como outra fonte de evidências em um estudo de caso (Yin, 2001).

Após as atividades de campo, as entrevistas manuscritas foram digitalizadas, a seção de histórico das famílias foi transcrita em documentos utilizando o software Microsoft Word e sistematizados no *Atlas.ti*. O software *Atlas.ti* é uma ferramenta que nos permite armazenar documentos, bem como determinar categorias e códigos, auxiliando na sistematização e análise dos dados coletados. Silva Junior e Leão (2018) explicam que:

O software *Atlas.ti* é uma importante ferramenta para pesquisadores de diversas áreas, pois possui uma gama de recursos que permite seu uso em inúmeras áreas do conhecimento, além de possuir uma interface que propicia a análise de diversos tipos de dados para garantir o cumprimento de toda sorte de objetivos (Silva Junior e Leão, 2018, p. 727).

Os dados de caracterização dos sistemas produtivos e práticas de comercialização foram sistematizados em planilhas eletrônicas através do Software Excel, foram determinadas colunas de dados de acordo com as perguntas utilizadas nos roteiros de entrevistas semiestruturadas, para assim obter-se informações por família entrevistada (nas linhas de cada família), bem como por pergunta realizada (nas colunas de cada pergunta). Também foi realizado levantamento e análise

documental para compreender o contexto local da Região Bragantina, bem como da trajetória da cooperativa.

Após sistematização dos dados, a trajetória da comunidade foi dividida em fases, de acordo com os principais canais de comercialização disponíveis e infraestrutura de acesso a esses canais, com objetivo de compreender as principais mudanças e realidade de cada período. As trajetórias das famílias entrevistadas também foram divididas em fases, de acordo com as principais mudanças em seus sistemas produtivos, com a finalidade de compreender sua trajetória e identificar atores que tenham papel nessas mudanças, entre esses a Coomar.

A etapa final dessa pesquisa será a realização da restituição dos resultados da dissertação, a ser realizada em reunião junto à comunidade, após defesa da pesquisa. A restituição dos resultados de uma pesquisa é uma etapa fundamental no processo de construção do estudo, uma vez que, como apontam Correia *et al.* (2013), fornece para a pesquisa e para a comunidade elementos a partir dos dados discutidos, podendo ser útil como instrumento de mudanças, ampliando as perspectivas dos grupos envolvidos para pensar futuros caminhos e reorientar ações.

**Tabela 1** - Síntese das etapas metodológicas da pesquisa

<b>Objetivos específicos a serem alcançados</b>	<b>Instrumento de Coleta</b>	<b>Tempo de Coleta</b>	<b>Sujeitos envolvidos</b>
I – Historizar a comunidade quilombola de Pimenteira, sua trajetória e o contexto local na qual está inserida, assim como a cooperativa Coomar.	Entrevista semiestruturada Levantamento bibliográfico	Pré-campo (junho/2023 a setembro/2023) Campo (abril/2024 a junho/2024)	Atores-chaves da comunidade
II – Caracterizar os sistemas de produção e práticas de comercialização das famílias, bem como as principais mudanças percebidas pelos agricultores.	Entrevista semiestruturada; observação direta	Pré-campo (junho/2023 a setembro/2023) Campo (abril/2024 a maio/2024)	Membros da comunidade cooperados da COOMAR e não cooperados

---

III – Identificar, através das trajetórias familiares, o papel da cooperativa nas mudanças identificadas.	Sistematização e estudo das entrevistas aplicadas	Campo (abril/2024 a maio/2024)  Pós-campo (junho/2024 a dezembro/2024)	-
---	---	--	---

---

Fonte: Autora (2025)

## 5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 5.1. O quilombo de Pimenteira: fases de sua trajetória agrária e contexto local

Por meio de um olhar mais geral da trajetória agrária da comunidade, a partir da análise dos principais canais de comercialização utilizados pelas famílias, optou-se por dividir a trajetória agrária em três fases: uma primeira fase de comercialização pelo rio Guamá (1960 -1980), uma segunda fase de comercialização pelos ramais e estradas (1980 – 2000), e uma terceira fase de maior diversificação dos canais de comercialização (2000 – 2024).

#### 5.1.1. Ocupação do quilombo e a comercialização pelo rio Guamá (1960 – 1980)

Iniciamos esta discussão realizando uma breve contextualização da conjuntura nacional do período em estudo. No período anterior a esta fase, que corresponde aos acontecimentos ocorridos entre a segunda guerra mundial e o golpe de 1964, acompanhou-se um novo e breve período de crescimento da borracha sucedida por novas tentativas de colonização na Região Bragantina, com o assentamento de famílias, sobretudo nordestinas, que provocou alteração da cobertura vegetal, a tornando uma das mais devastadas da Amazônia (Meirelles Filho, 2006). Todavia, como ressalta o autor, a Amazônia como um todo ainda era uma região pouco visibilizada pelas políticas desenvolvimentistas dos anos de 1950.

Já o ano de 1964 marca, no Brasil, um golpe de Estado e 21 anos de Ditadura Militar, baseado em políticas autoritárias. Na Amazônia, as políticas implementadas pelos militares geraram significativos impactos no território e para a agricultura familiar. Conforme explica Meirelles Filho (2006), a ocupação da Amazônia foi a política implementada pelo governo militar para resolver a fome no Nordeste, falta de terra para agricultura no Centro-Sul e a necessidade de tomar posse da Amazônia sob domínio brasileiro.

Congilio e Ikeda (2014) ressaltam os grandes projetos pensados e implementados na Amazônia justificados pelo lema “integrar para não entregar”, que intensificou a instalação de projetos mineradores, madeireiros e de agropecuária extensiva. Machado (2021) também aponta que a agricultura capitalista foi privilegiada em detrimento das lógicas camponesas, a partir de políticas que enxergavam a

Amazônia como um “vazio demográfico” e incentivavam a migração de grandes empresas, incentivando o latifúndio, a expropriação dos territórios ocupados por indígenas e demais camponeses, intensificando os conflitos fundiários na região. Nesse sentido, havia uma invisibilização da agricultura familiar nas políticas públicas, como aponta Grisa e Schneider (2014):

Durante os vinte anos de ditadura militar, os representantes da sociedade civil vinculados à agricultura familiar não encontraram espaço na arena pública para discutir e construir em conjunto com os gestores públicos políticas para a categoria social (Grisa e Schneider, 2014, p. 129).

Além de grandes empresas, as políticas do governo militar intensificaram os processos migratórios que já ocorriam na região, iniciadas através da Estrada de Ferro de Bragança e a construção da BR-316.

Analisando o contexto histórico em que esta fase está inserida, evidencia-se que esse período de Ditadura Militar é marcado pela ausência de políticas públicas voltadas para o apoio à agricultura familiar e aos povos e comunidades tradicionais, sobretudo que ocupam a região norte do país. É nesse contexto de invisibilização dos povos amazônicos e intensa migração para a região, incentivadas pelas políticas nacionais, que os primeiros moradores do Quilombo de Pimenteira ocupam seu território, juntamente a outras famílias que residem na região da comunidade.

As primeiras ocupações no território onde hoje é a comunidade quilombola datam de 1955, quando residentes do quilombo de Narcisa, município de Capitão Poço, devido ao crescimento populacional da comunidade, buscaram outras áreas com disponibilidade de recursos para estabelecer “ranchos” e, em seguida, espaços de desenvolvimento de roças, caça e extrativismo. Primeiramente ocuparam uma região chamada Cajueiro, para depois se estabelecer próximo ao Igarapé Pimenteira, hoje território ocupado pelas famílias. Podemos observar essa chegada a partir do relato de uma das entrevistadas:

[...] era mato quando a gente veio pra cá, meu pai saiu de lá, que eles saíram, ali eles eram 4, minha mãe eram quatro irmãos né, aí era só da família, aí eles fizeram roçado aqui, só que o lugar não era aqui, era lá pra um lugar chamado cajueiro aqui abaixo, pegaram foi lá nesse cajueiro, aí eles fizeram o roçado, fizeram o plantio, fizeram os barraquinhos e a gente se mudou de lá da Narcisa pra cá, morava num barraquinho, não tinha vizinho, não tinha nada, não tinha estrada, não tinha nada daqui pra lá, caminho era só o rio (Entrevista de campo, 2024).

Sodré (2015), em suas pesquisas realizadas no Quilombo de Narcisa, aponta que Narcisa foi fundada a partir da fuga de dois casais escravizados nas fazendas de Ourém, na segunda metade do século XIX, formando o núcleo da comunidade e “as outras localidades foram sendo ocupadas pelas gerações que sucederam os fundadores e formaram novos núcleos que se interligavam por laços de parentesco (Sodré, 2015, p. 66)”.

Dentre esses novos núcleos, temos o Quilombo de Pimenteira. A autora também demonstra que a ocupação nesse período se dava pelo “botar roçado”, as famílias, no processo de procura de novas áreas construía seus roçados e casas em locais onde não havia moradores, nas chamadas terras devolutas, áreas sem destinação pelo poder público que ainda não haviam sido colonizadas.

A existência dessas áreas era possível uma vez que, como explica Égler (1961), embora a ocupação da Região Bragantina avançasse no eixo central da Estrada de Ferro Belém-Bragança, cujas margens já se transformara em uma sucessão de capoeiras, fora desse eixo ainda se encontrava áreas de mata virgem. As entrevistas com as famílias ressaltam que a paisagem nesse período, embora em um contexto de incentivo ao desmatamento para produção agrícola, ainda era composta por grandes áreas de floresta primária, com rica diversidade de recursos de flora e fauna.

No período, cerca de 4 a 5 famílias se estabeleceram no local, cultivando a maniva (*Manihot esculenta* Crantz), o arroz (*Oryza sativa* L.), a cana (*Saccharum officinarum* L.), a banana (*Musa* spp.), a malva (*Urena lobata*, L), tabaco (*Nicotiana tabacum* L.) e algodão (*Gossypium hirsutum* L), não se tratava de roças grandes (de 1,2 a 1,5 hectares), todavia, a fertilidade do solo proporciona produções em quantidades suficientes para o autoconsumo familiar e a comercialização dos excedentes para garantia de renda. Castro (2006b) ao documentar as experiências vividas pelas comunidades negras rurais na Região Bragantina aponta a existência dessas relações comerciais entre os quilombolas e comerciantes que se mantinham pela troca de gêneros alimentícios que eram produzidos ou coletados nesses territórios e os trazidos por esses comerciantes através dos rios.

No que se refere aos cultivos, verificamos três aspectos para a escolha: o primeiro é conhecimento prévio acerca do manejo desses cultivos, uma vez que já

eram tradicionalmente trabalhados por essas comunidades; o segundo aspecto são os ecossistemas de floresta primária existentes, que permitiam o bom desenvolvimento desses cultivos; o terceiro é a demanda dos produtos voltados para a venda disponível no mercado para a comercialização dos produtos.

Leandro (2010) demonstra, em seus estudos acerca do campesinato e abastecimento na Bragantina entre os anos de 1920 e 1960, que os camponeses nesse período cultivavam o algodão, tabaco e a malva como fonte de rendimentos monetários para complementar o abastecimento da unidade de produção. O autor também aponta que esses camponeses adaptavam suas estratégias reprodutivas em função das demandas de mercado.

Olhando-se a partir das pesquisas realizadas nesse período, podemos compreender o contexto de produção agrícola e mercado existentes à época, fatores fundamentais que influenciam nas estratégias reprodutivas das famílias. Égler (1961) explica, por exemplo, a opção pelo cultivo da malva, sobretudo na região de Capanema e Bragança:

Um produto natural de fácil cultura e poucas exigências culturais começou a ter incremento: a uacima (*Urena lobata*) e a malva (*Pavonia malacophyla*), ambas produtoras de fibras utilizadas em sacarias e cordoarias. A malva é de crescimento espontâneo, surgindo em qualquer roçado e sendo comum como planta ruderal ao longo das estradas. De praga de culturas passou a ser uma planta de aproveitamento econômico e, pelo fato de crescer satisfatoriamente mesmo nos terrenos fracos, impróprios para culturas mais exigentes, tem-se difundido amplamente (Égler, 1961, p. 93).

Já acerca da produção do tabaco, Égler (1961) afirma que se tratava de uma produção considerável, mas que passava, à época, por uma diminuição gradativa, justificada no texto pela oscilação do preço de mercado que causou um desestímulo à produção, fazendo com que os produtores optassem pela produção da malva. Tal fato poderia explicar, por exemplo, a continuidade da malva e desaparecimento do tabaco nas principais atividades produtivas na próxima fase de estudo da comunidade.

A comercialização nesse período, como observamos anteriormente nos estudos de Castro (2006a) ocorria por meio do rio Guamá, as famílias levavam a produção a cidades próximas, como Ourém, ou a comercializavam com marreteiros às margens do rio. Essa era a principal forma de venda dos produtos em vista da dificuldade de acesso à sede municipal de Santa Luzia do Pará, por meio de ramais, que à época ainda não existiam.

Os produtos eram trocados por outros itens de necessidade das famílias, todavia, em vista da dificuldade de acesso a comercialização, grande parte da produção era voltada para o consumo. Essas práticas de trocas não monetárias eram comuns em toda a região amazônica e desenvolvidas por diversos atores, como os cantineiros e regatões. Castro (2006b) rememora a presença de regatões nos rios da Região Bragantina, que mantinham relações comerciais com quilombolas por meio da troca de gêneros. Cardoso (2015) explica que a atuação desse ator tinha como base produtos naturais e quinquilharias, provimentos criadores de novas necessidades e usos entre as populações contatadas.

Além disso, havia abundância de recursos naturais, como peixes e caça, e boa fertilidade do solo, que proporcionava produção adequada às necessidades das famílias. Nesse período, a dificuldade de acesso não se restringia apenas a comercialização, mas era realidade para todos os serviços básicos, como educação, saúde e políticas públicas também.

#### 5.1.2. A abertura dos ramais e avanço da pecuária (1980 – 2000)

A década de 1980, marcada pelo final do governo militar e início do processo de redemocratização, ainda reflete as consequências das políticas implementadas durante os 21 anos de ditadura, com intensificação dos processos de ocupação da Amazônia, bem como da pecuária extensiva e do desmatamento. Como vimos anteriormente, e como também explica Velho (2009), a Amazônia foi palco de diferentes frentes de expansão, tanto extrativa, quanto agrícola e pastoril, e esses movimentos, incentivados a nível estadual e federal, geram consequências para os territórios e para as populações que vivem na Amazônia.

A década de 1980 também é o período de expansão e fortalecimento do terceiro setor, representado pela consolidação de diversas ONG no cenário nacional. Essas organizações, como a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (ASPTA), a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) e o Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas (Ibase), atuaram fortemente na década de 1990 e foram responsáveis, sobretudo as mais tradicionais voltadas para o desenvolvimento rural, pelo estabelecimento de redes de intercâmbio, trabalhando

alternativas de produção para a agricultura familiar e a disseminação de práticas agroecológicas (Dias, 2004).

Localmente, o segundo período é marcado pelo início da abertura dos ramais e estradas que ligam o Quilombo de Pimenteira e demais comunidades da região à BR-316, muito em vista também da maior ocupação da região por outras comunidades, por meio da intensificação dos processos migratórios discutidos anteriormente. Essa abertura possibilitou que as famílias, ao invés de utilizar os rios para escoamento de suas produções, comercializassem agora com a sede municipal de Santa Luzia do Pará, conhecido pelas famílias como km 47, por ficar distante 47 km da sede municipal mais próxima, Capanema.

Ainda se tratava de um acesso dificultoso, pois era necessário que os produtos fossem transportados de canoa para atravessar o Igarapé Pimenteira e depois em animais até a comunidade do Fuzil, distante cerca de 4 km da comunidade, para então seguir até a sede municipal por meio de um caminhão, também chamado de “pau de arara”, para comercialização dos produtos com atravessadores locais. Os atravessadores e feiras locais eram os canais de comercialização disponíveis à época para as famílias. Alguns produtos deixam de ser comercializados pelas famílias, como a cana, o tabaco e o algodão e tem-se como principais produtos a farinha de mandioca, banana, malva, feijão (*Phaseolus vulgaris* L.), arroz e milho (*Zea mays* L.).

Embora o território ainda preservasse áreas de vegetação, houve um significativo avanço no desmatamento tanto nas áreas coletivas da comunidade, quanto e sobretudo nas propriedades adjacentes. Recordando as políticas de expansão da pecuária extensiva, o município de Santa Luzia do Pará, assim como os demais municípios do estado do Pará, também foi palco do avanço dos grandes latifúndios. Costa (2015), em seus estudos acerca das transformações na paisagem no município de Santa Luzia do Pará, mostra que, a construção da BR 316 acarretou uma maior circulação de pessoas, mercadorias e serviços, que intensificou o avanço da pecuária extensiva no município.

Na década de 1990, como demonstram os dados da autora, já havia redução das áreas de floresta e surgimento de grandes áreas de pastagem, tal realidade cria pressão sobre territórios da região. Nesse contexto, ao final da década de 1990, essa pressão também ocorre sobre o território de Pimenteira, quando um fazendeiro da

região ocupou áreas que eram de domínio da comunidade, acarretando o desmatamento de muitas áreas de vegetação, até então conservadas pelas famílias. Este caso narrado pelas entrevistas com as famílias apresentou um desfecho positivo, com o processo judicial determinando que a posse do território pertencia a comunidade. Todavia, os danos ambientais já tinham ocorrido e esse não seria o último latifúndio a pressionar e invadir a área ocupada coletivamente pelas famílias quilombolas.

Os dados disponibilizados pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) do Estado do Pará acerca dos processos abertos para o Cadastro Ambiental Rural (CAR) nos ajudam a visualizar como se dá o processo de ocupação na região onde se localiza o território quilombola: os loteamentos herdados dos processos de investimento em migração de populações de outras regiões do Brasil e o crescimento de grandes áreas de latifúndios que cercam a comunidade.

O CAR é um registro público eletrônico autodeclarado, ou seja, cada proprietário de imóvel rural ao abrir o processo junto ao órgão responsável pelo cadastramento, que no caso do estado do Pará é realizado pela SEMAS, realiza o levantamento e cadastro de sua área. Dessa forma, trata-se de um registro com muitas sobreposições, como observado no mapa, que escancaram os conflitos fundiários existentes. Essas informações nos ajudam a observar como esses processos migratórios e de expansão das grandes áreas de fazenda cercam atualmente o território. É possível visualizar essa realidade através do mapa apresentado na Figura 4.

**Figura 4** - Mapa das propriedades com processo aberto junto a SEMAS PA para realização do Cadastro Ambiental Rural no entorno do território quilombola



Fonte: Autora (2025)

Outro aspecto importante que se sucedeu nesse período no cenário nacional ao final da Ditadura Militar foi o processo de redemocratização no país, iniciado após 1974 até 1985, com a promulgação da Constituição Federal em 5 de outubro de 1988. Esses anos marcados por processos lentos e graduais de abertura para a democracia, foram também de luta popular, sobretudo por parte dos movimentos negros que eram invisibilidades desde a abolição da escravatura em 1888 (Leite, 2008).

As reivindicações de organizações de movimentos negros e setores progressistas, como parte da própria reflexão sobre o Centenário da Abolição da Escravidão no País, levadas à Assembleia Constituinte de 1988, favoreceram a aprovação de dispositivos constitucionais concebidos como compensação e/ou reparação à opressão histórica sofrida (Leite, 2008, p. 969).

Em vista disso, o Art. 68 do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal estabeleceu a propriedade definitiva de terras aos remanescentes das comunidades dos quilombos. A partir de então, portanto, os movimentos sociais negros pressionaram fortemente a fim de garantir as normas institucionais para o reconhecimento e titulação desses territórios.

### 5.1.3. Identidade quilombola, acesso a novos mercados e políticas (2000 e 2024)

A Constituição Federal de 1988, como discute Grisa e Schneider (2015), reconheceu diversos direitos, assim como abriu espaço para a participação social. A partir da promulgação, seguiu-se a criação de diversas leis e programas voltados especificamente para a agricultura familiar. Um exemplo é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), “destinado ao apoio financeiro às atividades agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor e de sua família (Banco Central do Brasil, 1995)”.

Entretanto, foi a partir de 2003, com o início do governo de Luís Inácio Lula da Silva, que houve maior alteração no papel e na relação do Estado com a sociedade civil e movimentos sociais. Por meio dessa mudança política, os atores puderam pautar a construção e institucionalização das políticas públicas para a agricultura familiar, principalmente voltados para a construção de mercados para a segurança alimentar e a sustentabilidade (Grisa e Schneider, 2015).

Foi no contexto dessas políticas que, como ação estruturante do Programa Fome Zero, em 2003 foi criado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O PAA é um programa do governo brasileiro destinado a agricultores familiares e pessoas em situação de insegurança alimentar instituído pela Lei nº 10.696, de 2003 e atualmente regulamentado pela Lei 14.628, de 2023. O programa de aquisição de alimentos tem como finalidade:

Incentivar a agricultura familiar, a pesca artesanal, a aquicultura, a carcinicultura e a piscicultura, com prioridade para seus segmentos em situação de pobreza e de pobreza extrema, e promover a inclusão econômica e social, com fomento à produção sustentável, ao processamento de alimentos em geral, à industrialização e à geração de renda (Brasil, 2023).

Outro aspecto importante foi a mudança no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) a partir da Lei 11.947, de 2009. De acordo com a nova legislação, para o PNAE, que objetiva garantir a alimentação escolar dos estudantes matriculados nas diversas etapas e modalidades da educação pública no país, dos recursos destinados para as secretarias estaduais de educação e prefeituras municipais, 30% devem ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar:

Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas, as comunidades quilombolas e os grupos formais e informais de mulheres (Brasil, 2009).

Esses programas e ações, no contexto do novo governo, contribuíram para a valorização da produção regional e fortalecimento da agricultura familiar, mesmo que, nos anos que se seguissem, houvesse flutuações na efetividade dos programas, pelas mudanças das políticas governamentais que se sucederam. Além das políticas voltadas para a criação de mercados e segurança alimentar, após a Constituição de 1988, as legislações acerca da questão fundiária no Brasil também se modificaram, como aponta Pereira e Oliveira (2019):

a forma de legislar a questão fundiária no Brasil, após a Constituição de 1988, reforçou o caráter político do acesso à terra e do direito a sua propriedade, suscitando maior capacidade de mobilização dos sujeitos diretamente beneficiados pelas novas leis: quilombolas, ribeirinhos, indígenas, assentados rurais, entre outros (Pereira e Oliveira, 2019, p. 155).

Tal fato permitiu a articulação das organizações e comunidades negras para o reconhecimento da identidade quilombola e luta pela titulação dos territórios. No Quilombo de Narcisa, pesquisadores do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (Cedenpa), iniciaram as discussões acerca do reconhecimento da identidade quilombola da comunidade, Sodré (2015) relata que:

Até então viviam “isolados” e “distantes” de qualquer possibilidade de orientação a respeito de seus direitos territoriais, patrimoniais e culturais, enquanto grupo étnico específico. Sua “nova” condição de autodeclarados quilombolas e constituídos enquanto sujeitos de direito, ou seja, um outro modo de se constituir e representar iniciou a partir desse período (Sodré, 2015, p. 88).

A partir do processo de reconhecimento dos moradores de Narcisa, buscou-se também as demais localidades que foram ocupadas por famílias que antes residiam em Narcisa. Dessa forma, o debate do reconhecimento quilombola na Pimenteira se iniciou a partir dos anos 2000. A comunidade então deu o pontapé inicial para o reconhecimento como quilombola com a criação da AQUAFAP, formalizada a partir de 2007, como forma também de fortalecer o território coletivamente, sobretudo contra a pressão fundiária.

Na comunidade, esse período é marcado pelo aumento das atividades coletivas como roças, pastos, pimentais, hortas e açudes comunitários, as famílias trabalhavam em suas unidades individuais e nos espaços coletivos, contudo, essas atividades diminuíram de intensidade ao decorrer dos anos. Nos últimos anos, entretanto, através de projetos da associação, a comunidade acessou recursos, à exemplo do Fundo Dema, para investimento em atividades como hortas, tanques de piscicultura e uma casa de frango, realizados por meio de mutirões entre os membros da associação.

Dessa forma, a associação se apresenta como instrumento de luta para acesso a políticas que possibilitem a permanência e reprodução social e a reivindicação do território. Ribeiro e Schmitz (2018) apontam que no Nordeste Paraense, que abarca a Região Bragantina, a mobilização da identidade quilombola se coloca como uma forma de resistência à indústria do dendê, muito presente nessa região do estado do Pará, mas também à luta contra invasão de fazendeiros, realidade presente no Quilombo de Pimenteira.

Dessa forma, como reiteram os autores, o reconhecimento jurídico desses territórios é uma forma de garantia da condição de vida dos sujeitos que o ocupam, permitindo “as trocas culturais, a relação equilibrada com o meio ambiente, a sociabilidade e, sobretudo, a reprodução social das comunidades quilombolas (Ribeiro e Schmitz, 2018, p. 5)”. As famílias do Quilombo de Pimenteira seguem mobilizados na luta pela titulação de seu território junto ao Incra, todavia, são muitos os entraves que tornam a titulação um processo lento e burocrático, entre eles a presença de famílias não quilombolas no território requerido para titulação, que exigirá desapropriações e indenizações a essas famílias ao final do processo.

Esta fase também é marcada pelo surgimento e fortalecimento de organizações voltadas para a economia solidária e da agricultura familiar. Jorge *et al.* (2024) relatam o trabalho das CEB na Bragantina, que propuseram como estratégia a agricultura e o cooperativismo alternativo, incentivando o surgimento de diferentes formas de organizações comunitárias, como a Coomar, a Escola de Formação para Jovens Agricultores(as) de Comunidades Rurais Amazônicas (ECRAMA) e a Rede Bragantina de Economia Solidária. A cooperativa Coomar foi fundada nesse contexto do final dos anos 1990, especificamente em 1996, e contou com assessoria externa da ONG

italiana SVI até o ano de 2006 (Rocha, 2020). Nesse período, a cooperativa trabalhava uma diversidade de produtos, com destaque para a farinha e a malva, além de contar com uma cantina solidária, para comercialização dos produtos dos sócios.

O fim do apoio da SVI acarretou uma dificuldade organizativa que resultou na venda do caminhão e trator, patrimônios da Coomar, além da diminuição do número de sócios. Após esses fatos, a cooperativa, por meio de uma nova direção, reorganizou-se, iniciou nova parceria comercial com a empresa Natura para a comercialização do murumuru, além de acessar mercados institucionais - PAA e PNAE, que proporcionou o fortalecimento da cooperativa e aumento do número de sócios (Rocha, 2020).

As novas relações comerciais estabelecidas via cooperativa, assim como os programas institucionais e a manutenção da cantina solidária, criaram uma diversificação de canais de comercialização para as comunidades do município, apesar das limitações de cada canal, sobretudo pelos mercados institucionais estarem suscetíveis às políticas de cada gestão municipal.

Essas mudanças ocorridas, sobretudo nos primeiros dez anos do século XXI, desempenham papel importante nas trajetórias dos sistemas produtivos das famílias, temática discutida nos próximos tópicos de resultados. Atualmente, com 24 famílias, a comunidade trabalha principalmente com o extrativismo do murumuru (*Astrocaryum murumuru*), comercializado com a empresa Natura via Coomar, e o açaí (*Euterpe oleracea*), comercializado com atravessadores que buscam a produção na comunidade, além dos produtos da roça, como a farinha, dos quintais, como frutas, legumes e verduras, comercializados com a Coomar, PAA e PNAE, criação de gado e fitoterápicos.

Com a melhoria das estradas e a organização coletiva do território, as famílias atualmente têm mais acesso também às políticas públicas, bolsa família e aposentadoria, educação e saúde, e para comercialização, como PAA e PNAE. Todavia, no âmbito de infraestrutura e acesso, na esfera municipal, a comunidade ainda enfrenta barreiras para que seus direitos sejam efetivados, como exemplo a construção da ponte que dá acesso a comunidade, que precisou ser articulada pelos próprios moradores frente ao descaso da gestão municipal.

Embora grande parte dos dados das trajetórias familiares se encaixem nessa última fase, compreender a história da comunidade e as mudanças no contexto local é fundamental para entendermos as trajetórias das famílias entrevistadas, bem como os fatores que influenciam as mudanças nos agroecossistemas da comunidade. A Tabela 2 a seguir demonstra essas fases e suas principais características.

Tabela 2 - Fases da trajetória agrária do Quilombo de Pimenteira

	<b>Período I (1960 – 1980)</b>	<b>Período II (1980-2000)</b>	<b>Período III (2000-2024)</b>
<b>Contexto nacional e postura do Estado</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Golpe de 1964 e implementação da Ditadura Militar</li> <li>• Grandes projetos para a Amazônia; intensificação da frente de expansão agropecuária</li> <li>• Intensificação dos processos migratórios para a Amazônia</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fim da ditadura militar e processo de redemocratização nacional</li> <li>• Promulgação da Constituição Federal de 1988</li> <li>• Art. 68 do ADCT: reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Maior valorização da agricultura familiar pelas políticas governamentais</li> <li>• Instituição do PAA e PNAE</li> </ul>
<b>Contexto local e nacional</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inauguração da BR- 316</li> <li>• Início da ocupação da região</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Abertura dos ramais que dão acesso à comunidade</li> <li>• Expansão das áreas de fazenda</li> <li>• 1991: Criação do município de Santa Luzia</li> <li>• 1996: Criação da cooperativa</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação da AQUAFAP e luta pelo reconhecimento quilombola da comunidade</li> <li>• 2010: Comercialização da cooperativa com a Natura</li> </ul>
<b>Número de famílias na comunidade</b>	5 famílias	10 famílias	24 famílias
<b>Paisagem dominante na comunidade</b>	Floresta primária, com grande diversidade de flora e fauna	Processo de desmatamento das áreas de Floresta primária e capoeira alta	Avanço do desmatamento

---

<b>Atividades agroextrativistas principais</b>	<b>Farinha, arroz</b> , cana, banana, malva, tabaco, algodão, madeira	<b>Farinha</b> , banana, malva, feijão, arroz, milho	<b>Murumuru, açaí</b> , fitoterápicos, piscicultura, horta, farinha
<b>Condições de transporte/mercado-canalais</b>	Comercialização pelo rio com atravessadores de outros municípios	Comercialização pelos ramais e estradas com atravessadores em Santa Luzia do Pará	Comercialização via cooperativa, PNAE, PAA e atravessadores

---

Fonte: Autora (2025)

## 5.2. Os agroecossistemas e a comercialização no Quilombo de Pimenteira

### 5.2.1. A evolução da comercialização das famílias

As famílias, desde o início da ocupação da região, estabeleceram relações com atores locais para realizar a comercialização da produção, como forma de garantir renda monetária para complementar o abastecimento dos itens não produzidos nas unidades familiares. Esses atores locais eram intermediários entre os agricultores e o consumidor final e definiam os preços da produção. Muitas vezes eram a única opção de comercialização para as famílias, visto que era necessário finalizar a venda para realizar a feira e retornar para a comunidade.

É importante ressaltar que o acesso a mercados depende também de infraestrutura para escoamento da produção e, no Quilombo de Pimenteira, este é um fator determinante no acesso das famílias. As entrevistas de campo relatam as dificuldades de comercialização da produção, mesmo após o início da abertura dos ramais que ligam a comunidade a sede municipal de Santa Luzia do Pará:

[...] a gente ia vender, fazia a feira e voltava no mesmo dia né, era o único carro de horário que tinha, era um caminhão, não era nem ônibus, a gente ia lá pro Fuzil lá pegava o caminhão, levava em costa de animal lá pro Fuzil lá pegava o caminhão e ia, e voltava a mesma coisa, trazia a feira, se fosse muito trazia em animal, esse tempo não existia moto também, era em animal que a gente trazia nossa feira (Entrevista de campo, 2024).

Essa dificuldade de escoamento da produção das famílias intensifica a suscetibilidade ao sistema de preço definidos pelos intermediários:

Pra nós vender a produção e comprar a feira da semana a gente tinha que vender pro atravessador lá na cidade, tinha os comprador de banana, tinha os comprador de farinha [...] era o preço também que eles botavam, a gente não queria voltar sem nada né, vendia pelo preço que eles botavam (Entrevista de campo, 2024)

Schneider (2016) apresenta um recurso heurístico que nos auxilia na compreensão dessas relações que são estabelecidas entre os agricultores e o mercado. As relações que observamos se assemelham ao contexto do mercado territorial e regional discutido pelo autor, quando a circulação dos produtos não é mais realizada por quem produz, surgindo a imagem do intermediário, que em vista de seus interesses se utilizam de mecanismos de controle. Nesses espaços, as relações de reciprocidade e interconhecimento, que são as redes que as famílias constroem com

esses atores, coexistem com o sistema de preço de oferta e demanda, que é determinado pelos mercados aos quais as famílias são submetidas.

Conforme a infraestrutura viária de acesso a comunidade se desenvolveu, o acesso para comercialização dos produtos foi em alguma medida facilitada, atualmente há um ônibus com saída da comunidade aos sábados para a sede municipal de Santa Luzia do Pará. Além disso, algumas famílias já dispõem de veículos próprios, como moto e carro. Todavia, é importante lembrar que esse transporte também implica em custos, seja de gasolina para os transportes próprios, ou de passagem no ônibus.

Outro aspecto da evolução da comercialização observada é o acesso a outros tipos de mercado. Ainda à luz da tipologia discutida por Schneider (2016), os mercados convencionais, os mercados públicos e institucionais são mercados que mais recentemente tem sido acessado pelas famílias do Quilombo de Pimenteira, sobretudo nos últimos 15 anos.

O mercado convencional, caracterizado pelo mercado de produtos, bens e mercadorias orientado pela oferta e demanda, regidos em geral por contratos em cadeias nacionais e/ou globais (Schneider, 2016), é acessado via Coomar, por meio de contrato com a empresa Natura, para a compra de murumuru. Os mercados públicos e institucionais, geridos pelo Estado, são acessados por meio do PAA e PNAE, políticas que visam fomentar a agricultura familiar. Um aspecto importante nos dois últimos tipos de mercados citados é que podem ser alcançados mais facilmente por meio de redes de cooperação formalizadas, a exemplos de cooperativas e associações. Dessa forma, a Coomar e demais associações dos municípios são instrumentos utilizados para acessar esses mercados.

As principais dificuldades relacionadas a esses mercados é a dependência das demandas que são previamente estabelecidas. No caso dos programas institucionais, há listas de produtos que são comprados e quantidades preestabelecidas nos contratos, o que limita a inclusão de mais agricultores, além de estarem à mercê das políticas do governo em curso. Em Santa Luzia do Pará, o distanciamento entre o poder público municipal e a agricultura familiar impediu uma implementação contínua dessa política.

Leite Soares et al. (2022) apontam essas diversas limitações dos mercados institucionais na Amazônia para que os programas alcancem mais participação, como

a falta de divulgação, o desconhecimento de seus objetivos, os problemas com os recursos e falta de participação no PAA pelos municípios, contudo, os programas apresentam grande potencial para fortalecer a agricultura familiar, através da maior comercialização de sua produção e, conseqüentemente, o aumento da renda.

No caso da parceria comercial com a Natura, a demanda é definida por contrato. Nos anos anteriores eram definidas duas entregas anuais, porém, no ano de 2024 foi aumentado o período de compra e as entregas podem ser realizadas semanalmente na cooperativa. Por conta das características agroecológicas do Quilombo de Pimenteira, que preserva áreas de vegetação nativa e está localizada nas proximidades do Rio Guamá, a disponibilidade de recursos atualmente permite que todas as famílias possam realizar a coleta do murumuru e o comercializar com a empresa via cooperativa.

Aspecto positivo relacionado ao escoamento dos produtos destinados ao PAA e o PNAE é que há baixo custo de transporte. No caso do PAA, não há necessidade de deslocamento para realizar a entrega, pois fica sob responsabilidade dos compradores. No caso do PNAE, é necessário fazer a entrega, porém há recursos para cobrir parte dos custos de transporte. Já a entrega do murumuru é de responsabilidade dos agricultores, que utilizam o ônibus aos sábados até a sede da cooperativa. Os custos de transporte envolvem as passagens de ida e volta, e taxa por carga transportada.

Além desses, o intermediário, ou atravessador, ainda é uma figura importante entre os canais de comercialização disponíveis para as famílias, sobretudo para produtos que a Coomar não compra, como o açaí. O extrativismo do açaí é uma atividade que sempre fez parte do cotidiano das famílias, mas que era voltado principalmente para o autoconsumo, entretanto, uma nova demanda de mercado fez com que sua comercialização se tornasse um dos carros-chefes econômicos das famílias durante o período da safra, que coincide com o período de entressafra do murumuru. Assim como no PAA, os atravessadores vêm até a comunidade para comprar a produção.

A combinação dessas atividades permite que as famílias tenham menos períodos de entressafra, podendo comercializar e gerar renda durante o ano todo, fato evidenciado nas entrevistas realizadas:

Até que agora não, porque quando não tá o murumuru ta o açáí, sempre quando termina um começa o outro. Melhorou muito em questão disso, sempre quando termina um começa o outro (Entrevista de campo, 2024).

Em vista de todas essas mudanças no cenário local e regional, com surgimento de novos mercados e canais de comercialização, as famílias adaptaram também seus sistemas produtivos, mudando suas estratégias para garantir sua reprodução social. Dessa forma, a caracterização realizada em seguida é fruto dessas transformações e adaptações que as famílias do Quilombo de Pimenteira realizam.

### 5.2.2. Caracterização dos sistemas produtivos e práticas comerciais das famílias quilombolas

O território quilombola é formado por filhos e netos dos primeiros agricultores que migraram para a região, dessa forma, as famílias ocupam a terra desde que nasceram e, desde então, trabalham com a agricultura. Como projeto de vida, nota-se que as famílias têm expectativas de permanecer no território, além de poder investir nas atividades da agricultura e extrativismo.

Quanto à caracterização dos agroecossistemas das 16 famílias entrevistadas, foi realizada uma breve tipologia baseada nas práticas comerciais utilizadas por cada família, a relação com a cooperativa e os principais sistemas produtivos desenvolvidos em cada tipo de prática comercial, observados na Tabela 3 a seguir.

**Tabela 3** – Tipo de práticas comerciais desenvolvidas pelas famílias

<b>Práticas comerciais</b>	<b>Número de famílias</b>	<b>Relação com a cooperativa</b>	<b>Sistemas produtivos</b>
Cooperativa + atravessador + mercado institucional	3	Cooperados	Pastos Extrativismo Roça Quintal agroflorestal
Cooperativa + atravessador	11	Cooperados e não cooperados	Pasto Extrativismo Roça Quintal agroflorestal Sistema agroflorestal

---

Cooperativa	2	Não cooperados	Pastos Extrativismo Quintal agroflorestal
-------------	---	----------------	---

---

Fonte: Autora (2025)

Observamos que três famílias acessam mercados institucionais atualmente, uma acessa o PAA e duas acessam PNAE, onde comercializam uma diversidade de produtos da roça e dos quintais, como frutas, tubérculos e hortaliças, além do murumuru e açaí com a cooperativa e atravessadores, respectivamente. A maioria das famílias (11 das 16 entrevistadas) comercializam com a cooperativa Coomar, para comercialização do murumuru e da produção das roças, e com atravessadores, principalmente para a venda de açaí. Duas famílias não comercializam com atravessadores, apenas com a Coomar, principalmente por não trabalharem com a comercialização do açaí.

Outro aspecto observado é que, mesmo nas práticas comerciais de não cooperados, a Coomar é um canal importante para a comercialização da produção dessas famílias, estando presente em todos os tipos de práticas comerciais desenvolvidas pelas famílias entrevistadas.

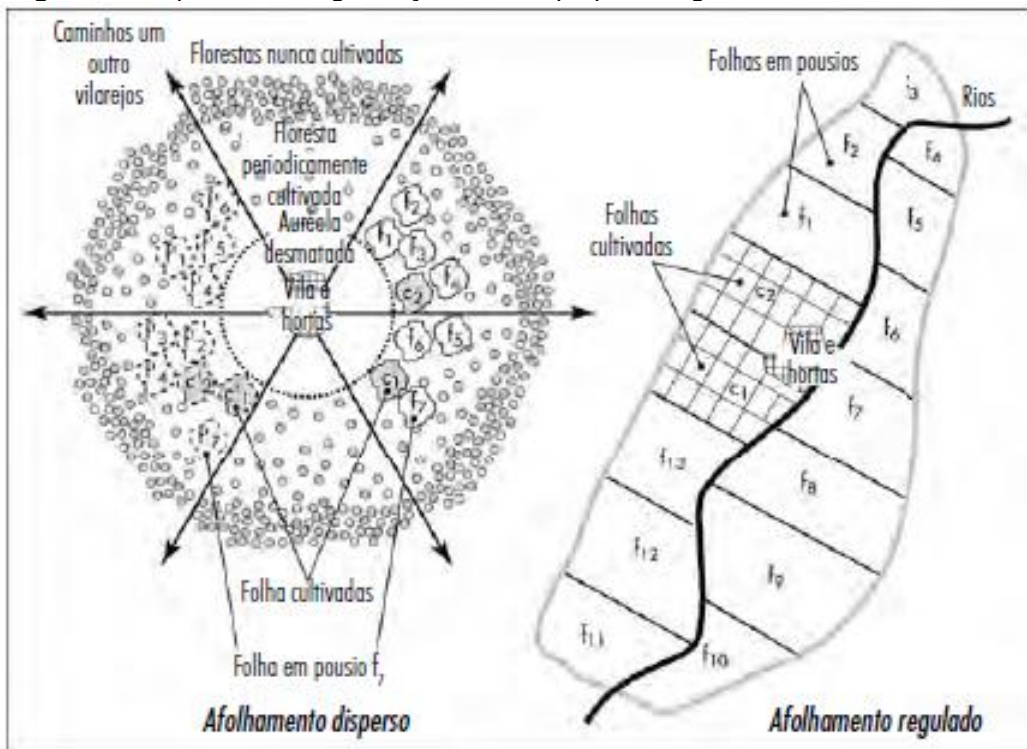
Além disso, percebeu-se que na comunidade há sistemas de cultivos (roças e quintais) e de criação, de acordo com a classificação de Dufumier (2010), todavia, também se somam a essas a atividade de extrativismo, representada pela coleta do murumuru e do açaí. Dessa forma, há quatro atividades principais: o cultivo das roças, a manutenção de pastos, o extrativismo e o manejo de quintais agroflorestais.

#### 5.2.2.1. As roças da comunidade

As roças cultivadas pelas famílias ocupam uma área de em média 0,6 hectares e produzem principalmente mandioca, milho, feijão, macaxeira e banana. Algumas famílias cultivam suas roças próximo a sua casa, porém, parte das famílias optam por cultivá-las mais distante, cerca de 1 a 2 km. Essa configuração de uso do território assemelha-se à uma das tipologias discutidas por Mazoyer e Roudart (2010). Ao estudarem os sistemas de cultivo de derrubada-queima em meios arborizados, os autores apontam que há duas possibilidades de dispersão das “folhas cultivadas e em pousio”, que para esse estudo podemos compreender como as áreas destinadas à abertura de roças e as áreas de pousio florestal.

Os afolhamentos, como explicam os autores, que organizam as parcelas cultivadas de uma comunidade de agricultores, podem ocorrer de modo regulado, quando não há reservas de terras inutilizadas e a rotação e o afolhamento devem ser rigorosamente organizados, ou de modo dispersos, quando há a disponibilidade de terras cultiváveis e as parcelas são atribuídas às famílias sem restrições, sendo alocadas de forma dispersas e variáveis. A Figura 5 ilustra os conceitos dos autores.

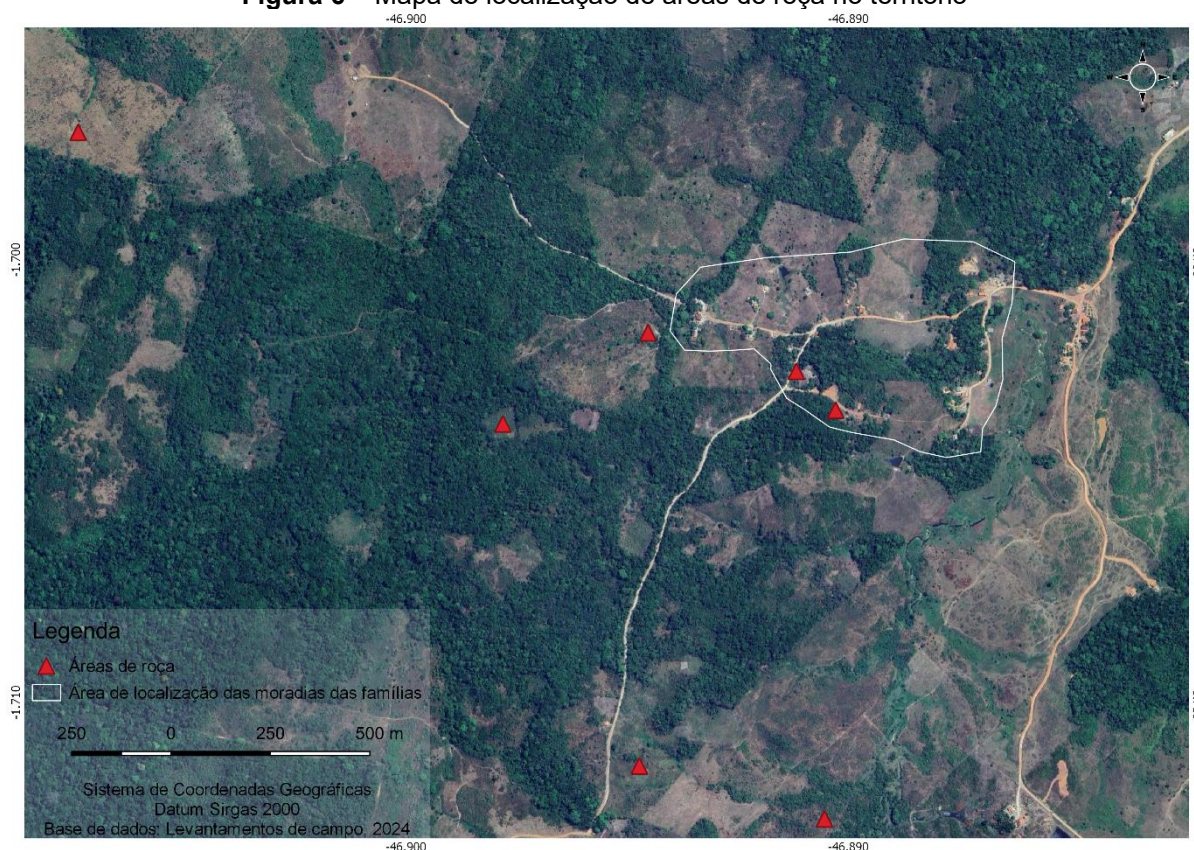
**Figura 5** - Esquemas de organização de uma pequena região de cultivadores florestais



Fonte: Mazoyer e Roudart (2010)

No caso da distribuição das áreas de roça no território da comunidade, as informações obtidas a partir das entrevistas e croquis dos sistemas produtivos de cada família indicam que as roças são cultivadas em um modelo de afolhamento disperso. As famílias definem suas áreas sem regras rigorosas, sendo alocadas de forma dispersa no território. A Figura 6 apresenta o mapa que representa essa distribuição das áreas de roça, informadas pelos entrevistados por meio do croqui, e sua localização em relação às residências. Foram representadas roças possíveis de ser identificadas nas imagens de satélites, como forma de demonstrar a dispersão no territórios desses sistemas de produção.

**Figura 6** – Mapa de localização de áreas de roça no território



Fonte: Autora (2025)

Outros estudos como de Ferreira-Alves (2022) e Durão (2023), acerca da agrobiodiversidade dos sistemas agrícolas de comunidades quilombolas no Pará, apontam para configurações semelhantes de disposição das roças dentro dos territórios das comunidades. No quilombo de Jacarequara, também no município de Santa Luzia do Pará, a maioria das roças estão localizadas distantes da sede da comunidade, o que diminui a necessidade de construções de cerca e obstáculos que impeçam a entrada de animais (Ferreira-Alves, 2022).

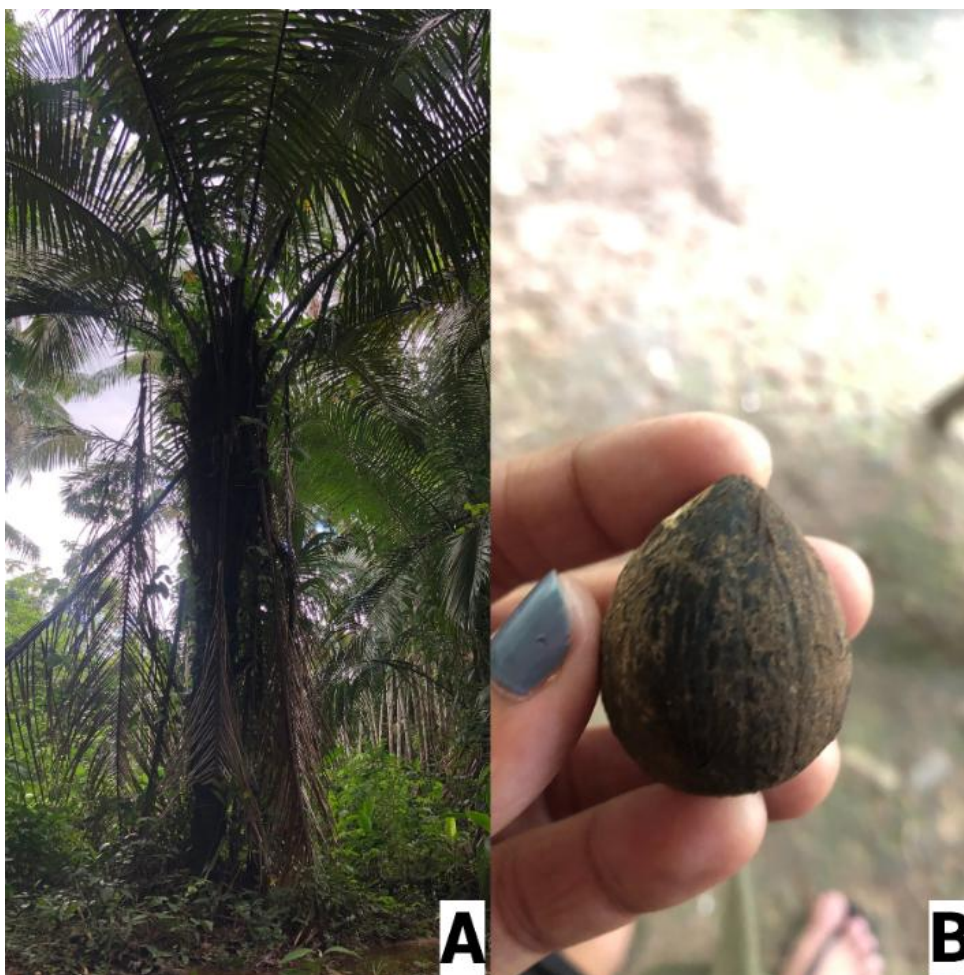
#### 5.2.2.2. O extrativismo do murumuru

A comercialização do murumuru (*Astrocaryum murumuru* Mart.) é a principal fonte de renda das famílias do território quilombola, ela ocorre com a empresa Natura via Coomar e é realizada por quase todas as famílias da comunidade. Das 16 famílias entrevistadas, apenas uma não trabalha com murumuru, pela falta de tempo para desenvolver a atividade, em vista de outras atividades remuneradas que exercem.

O murumuruzeiro (Figura 7) é uma palmeira da família Arecaceae, típica do bioma Amazônia que tem preferência por áreas úmidas e temporariamente inundadas,

perto de rios e lagos ou, também, em terra firme, às vezes formando grandes populações. Sua principal característica é possuir o tronco, as folhas e o cacho de frutas recobertos de espinhos, dessa forma, os frutos são coletados em grande parte ao caírem naturalmente dos cachos (Ministério do Meio Ambiente, 2017).

**Figura 7** - Palmeira do murumuruzeiro em área de quintal (A) e semente (B)



Fonte: Pesquisa de campo (2024)

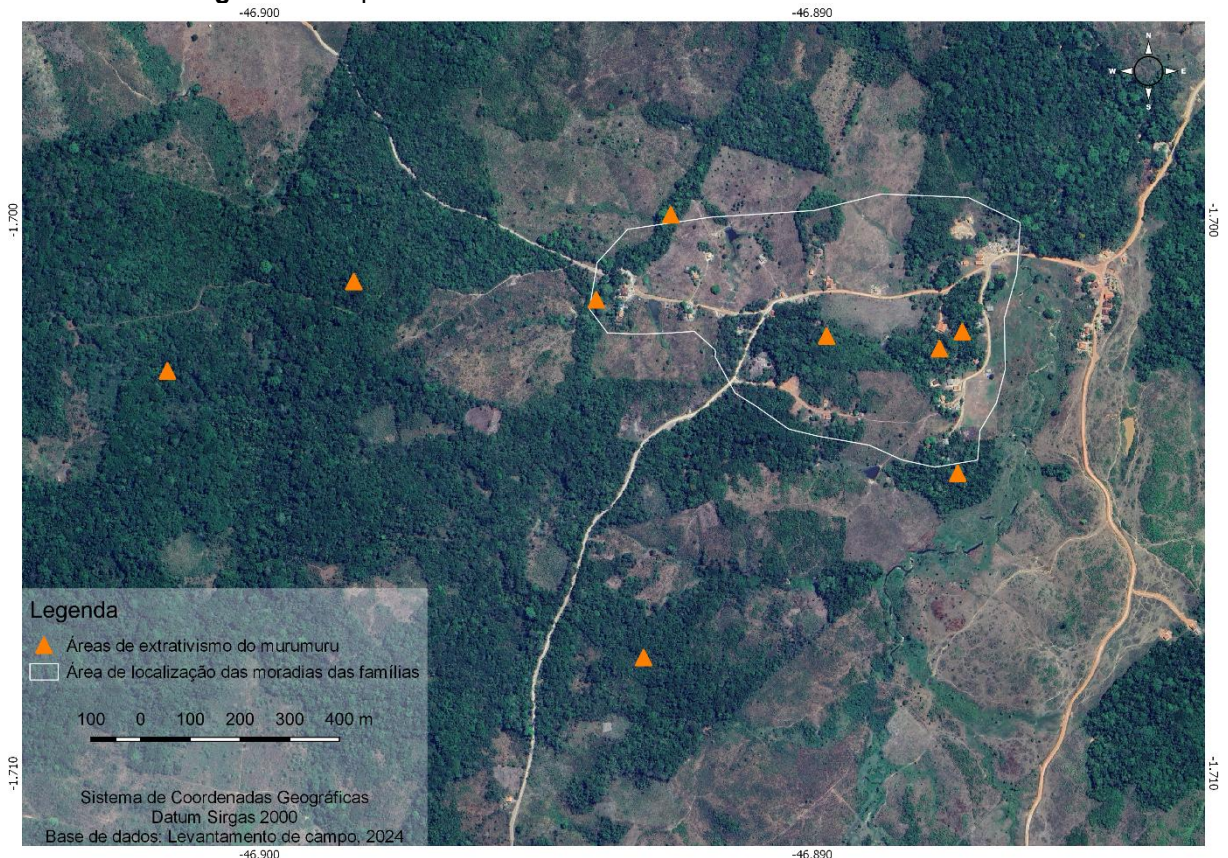
Os períodos de maior produção do murumuru, de acordo com a literatura, na região estuarina amazônica se inicia em janeiro e se estende até junho, com maior concentração nos meses de fevereiro a maio (Bezerra, 2012). Na comunidade, as famílias explicam que a produção varia de acordo com o ano: “Às vezes a safra é comprida, passa o ano todinho dando murumuru, mas tem vezes que lá por setembro não tem mais (Entrevista de campo, 2024)”.

Em geral, na comunidade, a safra se estende de janeiro até setembro, período que, atualmente, a cooperativa compra a produção. As famílias realizam a coleta dos frutos nas áreas de uso comum do território, em seus quintais e, em alguns casos, em

terrenos particulares à sua disposição. As famílias explicam que “cada qual tem seu canto de juntar murumuru” (Entrevista de campo, 2024).

A Figura 8 mostra o polígono que demarca a área onde são localizadas moradias das famílias entrevistadas na comunidade, bem como pontos de coleta do murumuru em áreas coletivas do território. Foram selecionadas áreas de coletas que representam a dispersão da atividade de extrativismo no território.

**Figura 8** – Mapa das áreas de coleta do murumuru no território coletivo

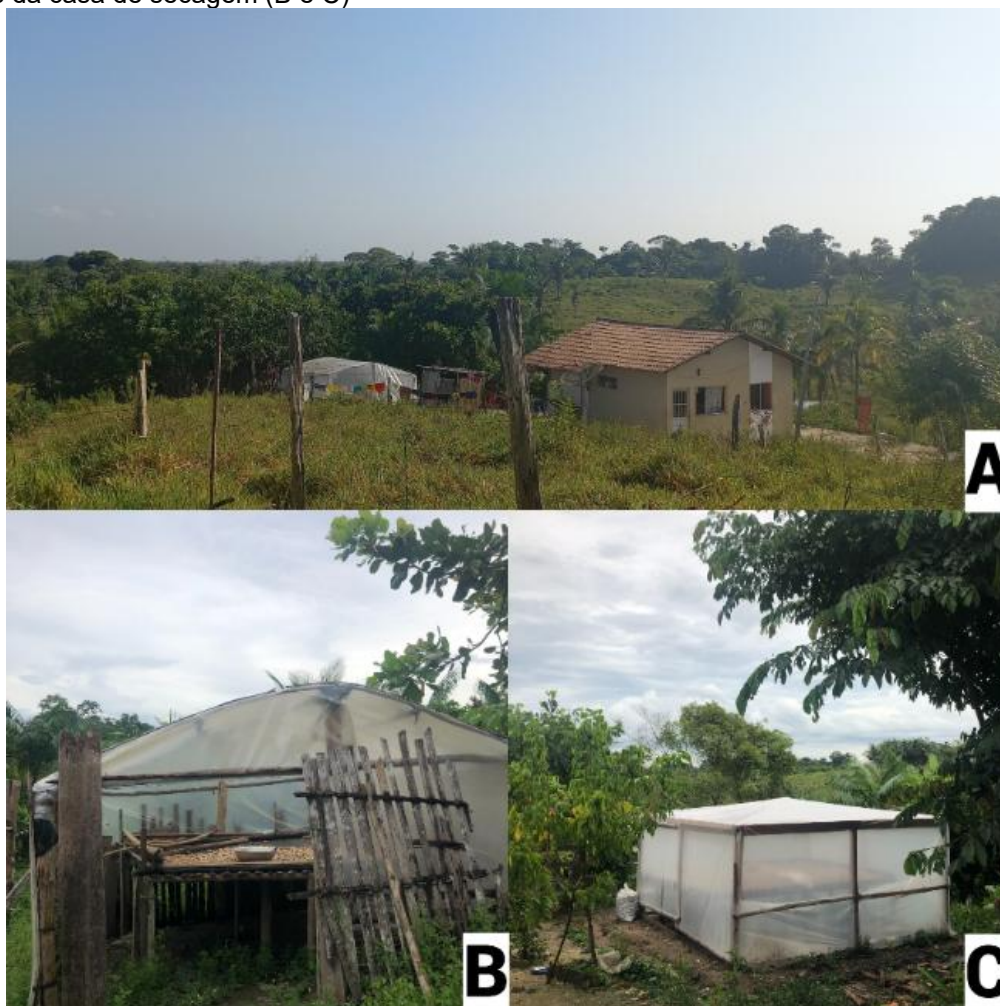


Fonte: Autora (2025)

Após a coleta, a semente é colocada em estufas de secagem, chamadas de casas de secagem, para então ser realizada a quebra para obtenção da amêndoa, que é comercializada com a cooperativa. A quebra, até o ano de 2023, era realizada manualmente através da utilização de martelos, fato que aumentava substancialmente a penosidade do trabalho realizado e com grande risco de acidentes, conforme explicam os entrevistados, “com o martelo a gente sempre martelava o murumuru, martelava o dedo, era ruim demais” (Entrevista de campo, 2024)”. Em 2024 a associação recebeu da empresa Natura, por meio da cooperativa, o maquinário destinado à quebra das sementes, com capacidade de quebra de até 50 sacos de

murumuru por dia, facilitando a quebra e diminuindo a penosidade do trabalho realizado pelas famílias.

**Figura 9** - Área de residência de uma família da comunidade com casa de secagem no quintal (A) e imagens da casa de secagem (B e C)



Fonte: Pesquisa de campo (2024)

### 5.2.2.3. Os quintais agroflorestais

Os quintais agroflorestais cultivados pelas famílias do território de Pimenteira são espaços produtivos importantes tanto para a manutenção da agrobiodiversidade, soberania e segurança alimentar e geração de renda. Das 16 famílias entrevistadas, 15 fazem o manejo de seus quintais, nesses espaços são manejadas e cultivadas uma diversidade de espécies de interesse alimentício, medicinal, decorativo, entre outros (Tabela 4). É no quintal também onde se encontram os canteiros de horta, criação de animais e a casa de secagem do murumuru.

**Tabela 4** - Principais cultivos encontrados nos quintais das famílias entrevistadas

<b>Cultivos</b>	<b>Nome científico</b>	<b>Destinação</b>
Açaí	<i>Euterpe oleracea</i>	Comercialização e consumo
Batata	<i>Solanum tuberosum</i>	Consumo
Batata doce	<i>Ipomoea batatas</i>	Consumo
Plantas medicinais	-	Comercialização e consumo
Canteiros de horta	-	Comercialização e consumo
Banana	<i>Musa spp</i>	Comercialização e consumo
Murumuru	<i>Astrocaryum murumuru</i>	Comercialização
Pupunha	<i>Bactris gasipaes</i>	Comercialização e consumo
Coco	<i>Cocos nucifera</i>	Consumo
Cupuaçu	<i>Theobroma grandiflorum</i>	Comercialização e consumo
Mangueira	<i>Mangifera indica</i>	Consumo
Laranja	<i>Citrus sinensis</i>	Consumo

Fonte: Autora (2024)

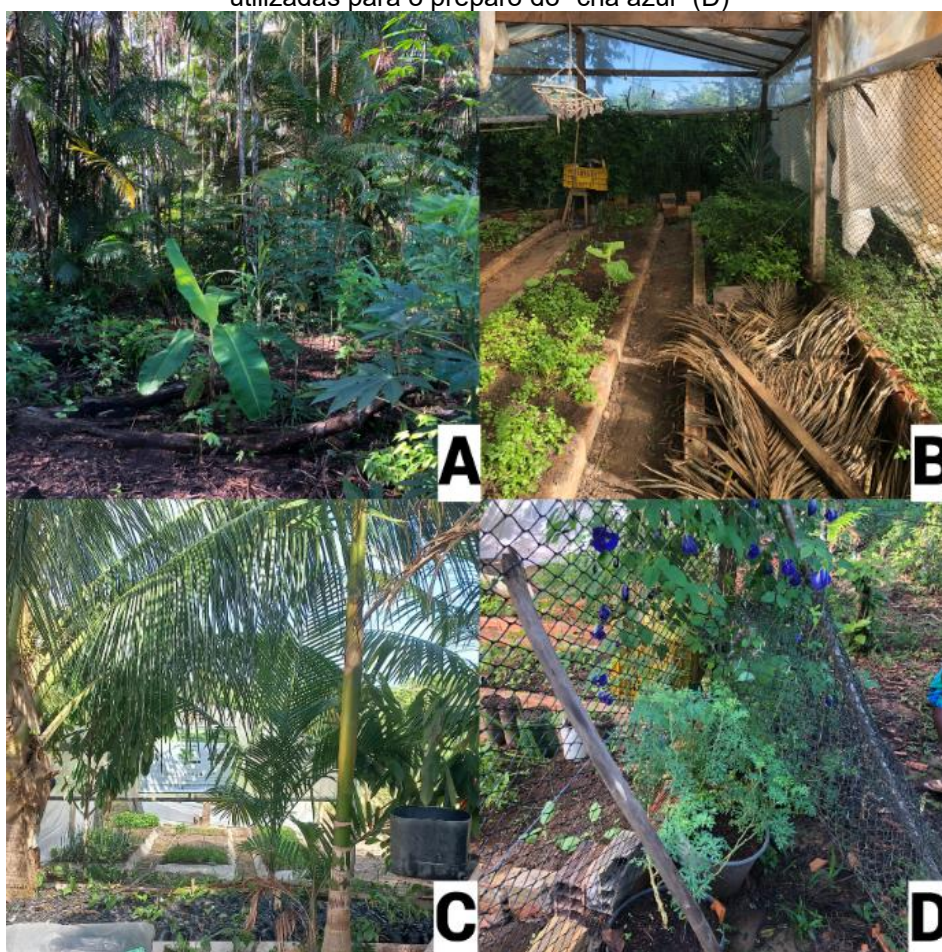
O extrativismo do açaí, espécie importante na geração de renda das famílias do território, ocorre principalmente nos quintais agroflorestais. Além desses, as frutíferas em geral encontradas nos quintais também compõem parte da renda através do acesso a programas como o PAA e PNAE.

A produção de remédios naturais, atividade desenvolvida principalmente pelas mulheres da comunidade, também auxilia na composição da renda familiar. Contudo, além das espécies utilizadas para comercialização, muitas outras são fundamentais para o consumo familiar, dessa forma, observamos que os quintais são espaços produtivos diversos e importantes não apenas para a produção, mas para a garantia da segurança e soberania alimentar das famílias.

Mota et al. (2024) ressaltam a importância dos quintais quilombolas nessa região como espaços de oferta de alimentos, sob controles das famílias, principalmente das mulheres, onde se executam práticas de manejos que garantem a oferta regular de uma diversidade de frutos.

Outros estudos realizados em quintais agroflorestais quilombolas, tanto no Nordeste paraense, Baixo Tocantins e Amazônia marajoara também demonstram a riqueza e importância desses espaços para a produção de alimentos livres de agrotóxicos, contribuindo com a nutrição saudável, e como espaços de protagonismo feminino, uma vez que as mulheres são as responsáveis pelo manejo dos quintais e podem obter, a partir da produção, uma renda extra, que contribui para a construção da autonomia feminina (Dias et al., 2020; Da Costa; Medeiros; Barros, 2024; Oliveira et al., 2024).

**Figura 10** - Diversidade de espécies cultivadas nos quintais (A), canteiros de horta (B e C) e flores utilizadas para o preparo do "chá azul" (D)



Fonte: Pesquisa de campo (2024)

#### 5.2.2.4. As áreas de pastagem

Além dos demais sistemas produtivos mencionados, há também na comunidade pequenas pastagens e criação de gado. Cerca de 7 famílias, das 16 entrevistadas, trabalham atualmente com a atividade. A criação de gado é uma atividade que sempre foi realizada pelas famílias e é uma forma de investimento e

poupança para situações emergenciais em que há a necessidade de recursos financeiros, o gado pode ser vendido para suprir a demanda da família:

[...] na verdade é uma coisa que como se fosse um bem, uma poupança pra gente, qualquer dinheirinho que pinta a mais assim, uma economia, a gente vai compra um gado (Entrevistas de campo, 2024).

As pastagens ficam localizadas em áreas próximas à residência, cercadas, e são de uso individual de cada família, sendo algumas vezes cedidos ou alugados para outros membros da comunidade, algumas também ficam localizadas em áreas externas ao território da comunidade, em propriedades particulares de cada família. Os tamanhos variam de 6 a 21 hectares e o número de espécimes varia de 7 até 25 cabeças de gado.

**Figura 11** - Criação de gado no território da comunidade quilombola



Fonte: Pesquisa de campo (2024)

### **5.3. A trajetória dos sistemas produtivos das famílias e os atores envolvidos**

#### **5.3.1. Evolução produtiva e momentos de rupturas nas trajetórias**

Retomando o que foi discutido na história e trajetória da comunidade a partir das fases definidas para fins de análise nessa pesquisa, observamos que a maioria das trajetórias das famílias entrevistadas encontram-se no Período III, que corresponde aos últimos 24 anos (2000-2024), dessa forma, será nesse período que

analisaremos as principais mudanças nos agroecossistemas familiares e práticas de comercializações realizadas pelas famílias, os principais momentos de mudanças nesses agroecossistemas e as motivações para essas mudanças. O período também corresponde ao da atuação da Coomar, e permite analisar os efeitos da ação da cooperativa sobre os sistemas de produção. De uma forma geral, foram levantadas as principais mudanças em relação à paisagem, atividades produtivas, mudanças na família e comercialização.

Quanto tratamos da evolução da paisagem percebida pelos entrevistados, observa-se que o território da comunidade e arredores, logo no início da ocupação da região, eram bastante florestados, com grande biodiversidade de flora e fauna. Ao decorrer do processo de ocupação, embora ainda existam áreas de vegetação mantidas em pé, parte do território foi desmatado, sobretudo as áreas adjacentes ao território, onde se percebe o domínio das pastagens na paisagem. No final da década de 1990 e início dos anos 2000 as famílias apontam que:

Nessa época ainda tinha mais mata, tinha mais, tudo que a gente plantava dava, tudo assim, era milho que dava bem, mandioca dava bem, banana, aí depois disso de uns anos foi fracassando, mandioca já apodrece muito, se a gente plantar duas tarefas a gente não colhe ela toda, apodrece (Entrevista de campo, 2024).

Essa fala indica uma problemática apontada pelas famílias que marca o início dos anos 2000 até 2010, relativo à capacidade produtiva das terras disponíveis para a agricultura, os entrevistados afirmam que houve um “enfraquecimento da terra”, ao que se atribui a causa da diminuição de produtividade das roças, além da podridão da mandioca. São diversos fatores apontados pelas famílias que tentam explicar tanto a diminuição da produtividade quanto a podridão das roças de mandioca, como a influência da abertura das áreas de pastagem na produção da mandioca: “Quando era mato ainda por aqui não apodrecia, aí depois começou a esbandalhar, ficar muito pasto aí começou a apodrecer (Entrevista de campo, 2024)”.

Estudos realizados no Quilombo de Pimenteira e outras comunidades quilombolas da região realizados por Mota *et al.* (2024) também apontam explicações relatadas pelos entrevistados para a queda na produção dos alimentos da agricultura, como a perda de fertilidade devido ao pouco tempo de pousio das áreas, que demonstraria uma limitação das terras necessárias para o desenvolvimento da agricultura aos moldes do modelo tradicional centrado na roça.

Além disso, a literatura aponta que a podridão da raiz da mandioca, causada por diferentes microrganismos, é uma doença altamente destrutiva e que pode apresentar inúmeras causas como o encharcamento do solo, o plantio em época muito chuvosa, a queima da vegetação antes do plantio e o cultivo sucessivo de mandioca na mesma área (Alves *et al.*, 2020). Estudos preliminares realizados no âmbito do Projeto Cooperativas Camponesas evidenciam a relação das mudanças climáticas com a podridão da mandioca observada pelos agricultores, uma vez que há um aumento na duração do período seco e concentração de chuva no período chuvoso.

Tal realidade ocasionou uma queda de produção da mandioca e seus derivados, principalmente a farinha, até então carro-chefe da produção das famílias, passando o protagonismo da produção para outras culturas:

A gente ficava se mantendo com o que tinha mesmo, banana as vezes, o açaí um pouquinho, a gente não tem açaizal da gente mesmo, aí tira um pouquinho, aí a família é pequena a gente só dava pra se manter (Entrevista de campo, 2024).

Nesse mesmo período, entre os anos de 2006 e 2010, iniciava-se a parceria da Natura com a Coomar para a comercialização do murumuru. Essa parceria é apontada pelas famílias como principal momento de mudança em seus sistemas produtivos:

Veio mudar de situação depois que entrou a venda do murumuru foi que já mudou, já esqueceu um pouco essas outras atividades que é a banana, a roça assim que a gente se manter mais pra plantar maniva, já tá mais no murumuru e a roça já planta e deixa ela lá com um ano que ela vai começar e vai colher (Entrevista de campo, 2024).

A comercialização ocorre por meio de um cadastro que as famílias realizam com a cooperativa, sem a necessidade de serem cooperadas. A apresentação da proposta nas comunidades envolveu diversas palestras que apontavam a importância do trabalho com o murumuru para a preservação ambiental, tratando-se do discurso de “desenvolvimento sustentável” utilizado pela empresa:

Foi a ocasião que entrou o murumuru, a Natura entrou com muita palestra, olha essa malva aí não tem [...] a gente nascemo e se criamo ali dentro da malva, da farinha, pra gente se desacostumar [...] aí o murumuru é uma coisa nativa, é bom que vocês ajudam a preservar a natureza, cabeceiras, aqueles baixão e tal (Entrevista de campo, 2024).

A principal motivação para o início da atividade do murumuru pelas famílias foi a possibilidade de aumento de renda, visto que era uma espécie nativa e abundante na comunidade, as primeiras famílias a aderirem à comercialização incentivaram os demais familiares a também desenvolverem a atividade:

Porque quando o papai era vivo ele foi um dos que começou, era umas cinco pessoas que começaram aí ele falou que era bom, aí o papai incentivava muito nós, aí nós começamos com ele, aí foi pegando o gosto, é meio difícil assim que é uma árvore meio complicada com espinho mas depois que a gente pegou a prática aí pronto. Ficou com mais qualidade aí foi abandonando e nós ficamos (Entrevista de campo, 2024).

A comercialização do murumuru aos moldes de como ocorre no quilombo de Pimenteira se dá também em outras comunidades e municípios do Estado do Pará. No Quilombo de Jacarequara, também no município de Santa Luzia do Pará, sob a perspectiva de Almeida e Da Silva (2018), o extrativismo do murumuru contribui para a preservação da mata ciliar, contudo, essas parcerias comerciais em comunidades tradicionais alteram as relações de produção, uma vez que às práticas comerciais são sujeitas ao individualismo e ao sabor das oscilações do mercado, provocando mudanças estruturais de cunho social.

Ferreira-Alves (2022) aponta também a importância da prática de extrativismo do murumuru no quilombo de Jacarequara, bem como do açaí, que influencia na manutenção da agrobiodiversidade vegetal e do conhecimento tradicional relacionado às espécies locais. Entretanto, a autora também demonstra que não há projetos da Natura de apoio à comunidade, restringindo-se a uma relação puramente comercial. Na realidade do Quilombo de Pimenteira, as palestras e capacitação ocorrem no início do desenvolvimento das atividades e uma forma de apoio à comunidade atualmente foi a disponibilização do maquinário para a quebra da semente do murumuru.

No Quilombo de Pimenteira, o extrativismo do murumuru substitui a produção da farinha como carro-chefe da comercialização das famílias, muito em vista da renda maior alcançada através da venda, diante da problemática das roças relatada pelos entrevistados. Todavia, não houve um abandono total da produção da farinha, mas uma diminuição do tamanho das roças, que foram mantidas principalmente para o autoconsumo das famílias, com venda de excedente, sobretudo para a cooperativa.

Além do extrativismo do murumuru, outra atividade que recebeu destaque a partir de 2015 foi o extrativismo do açaí que, como demonstrado no tópico anterior, é realizado na entressafra do murumuru e é comercializado principalmente com atravessadores na comunidade. O açaí sempre esteve presente na cultura alimentar da comunidade, aumentando sua comercialização nos últimos anos.

O investimento na produção de açaí tornou-se um elemento importante no projeto de vida das famílias, que buscam iniciar o plantio de açazais, visto que a

maioria da produção atualmente vem dos quintais e áreas de extrativismo, algumas famílias já estão iniciando esse projeto, como podemos observar nas entrevistas de campo:

Rapa de objetivo que eu tenho tá com uns 2, 3 anos que eu sempre penso em fazer é um açaiçal, tenho até um começo já plantado, uns pés, tá bonito. Eu tenho muita vontade de fazer um investimento assim com açai sabe, o açai também é uma renda muito boa pra família (Entrevista de campo, 2024).

Melo e Oliveira (2019) apontam que no Quilombo de Pimenteira a conservação dos açaiçais e das áreas de murumuru reduz os impactos causados ao meio ambiente, garantindo a preservação das áreas de florestas e parte da renda monetária familiar. Isso reafirma os aspectos positivos que são observados na comercialização do murumuru e açai.

Além das atividades de extrativismo, também a partir de 2015 junto ao crescimento da venda de açai, algumas famílias da comunidade iniciaram a comercialização através do PAA e PNAE, sobretudo de frutas, verduras e hortaliças, valorizando os cultivos dos quintais, antes destinados quase que exclusivamente para o autoconsumo. Todavia, não são todas as famílias do território quilombola que acessam esses mercados institucionais, pois não ocorre via AQUAFAP, mas por intermédio de outras associações do município e pela Coomar.

É possível observar que os sistemas produtivos das famílias passaram por transformações nos últimos 24 anos, com a inserção de novos cultivos e mudança na importância de outros, como evidenciado no discurso dos entrevistados:

Por exemplo, antes trabalhava com mandioca, banana, hoje não, quase todo mundo tem um plantio de açai, que é o produto que dá, outros tem uma plantação de cupu, agora tem o PAA que é envolvido isso, as bananas a gente planta no quintal já dá cacho maior, hoje é pelo peso, tem mais uma manobra assim (Entrevista de campo, 2024).

Analisando a trajetória da comunidade, observamos que as famílias desenvolvem ao decorrer dos anos estratégias para garantir sua reprodução social, adaptando-se às realidades do mercado. Há um leque de atores que desempenham diferentes papéis nas transformações produtivas e comerciais vivenciadas pela comunidade ao longo de suas fases, sobretudo nos últimos 24 anos, como a associação quilombola, a Rede Bragantina, além de atravessadores locais e os mercados institucionais. A Coomar, desde 2010, mostrou-se como uma das estratégias adotadas para comercialização da produção, disponibilizando também

novas possibilidades de mercado, como é o caso do extrativismo do murumuru e dos mercados institucionais. No caso do Murumuru, a cooperativa facilitou a atividade com a disponibilização de estufas financiadas pela Natura e capacitações, o que permitiu a participação da maior parte das famílias.

A cooperativa, como observado nas entrevistas de campo, apesar de não ser a única, apresenta-se como uma estratégia importante para as famílias cooperadas, tanto para a comercialização da produção, como acesso a mercados e outros benefícios, a exemplo do microcrédito, pequenos empréstimos realizados pelos cooperados com objetivo de investir nas atividades agrícolas, acessados por várias famílias do território quilombola. Além disso, a cooperativa realiza a repartição das sobras ao final do ano entre os cooperados.

Observou-se também, a partir das duas visitas realizadas à comunidade, que a gestão realizada atualmente na cooperativa favorece que haja entre os cooperados um sentimento de participação efetiva na cooperativa, que reforça o compromisso com a comercialização:

Eu acho melhor, porque também a cooperativa é pra todos, é de todos os cooperados, não é daquele dono, daquele chefe que tá lá, é de todos os cooperados, então o cooperado pode ser que ele vende assim um pouquinho mais barato do que o tradicional mas em compensação ele tem o retorno, ele é obrigado né tipo assim obrigado, você vai vender no tradicional ele não tem aquele compromisso de comprar seu, a cooperativa não, você sendo associado ela tem o compromisso de ficar com aquele seu, ela pode tá cheio o estoque, mas ela tem o compromisso com você, aí por isso a gente escolheu lá (Entrevista de campo, 2024).

As famílias não cooperadas também apresentam uma relação de proximidade com a cooperativa, não só por meio do cadastro para a comercialização do murumuru, como na venda de outros cultivos comprados pela cooperativa, o que permite que a Coomar seja uma estratégia importante para essas famílias também.

### 5.3.2. Algumas trajetórias familiares

Observemos então essa evolução em alguns exemplos de trajetórias familiares de uma família cooperada e uma família não cooperada. O primeiro exemplo, que chamaremos de Entrevistado 1, cooperou-se na Coomar no ano de 2017 com principal objetivo de acessar mercados, em vista das dificuldades de comercialização com atravessadores locais e a fixação de preços, porém, desde 2015 já trabalhava com a coleta e comercialização do murumuru. Através da Tabela 5, que nos apresenta

alguns dados das atividades, mão de obra disponível, canais de comercialização e acesso a crédito, podemos observar algumas mudanças.

**Tabela 5** - Trajetória familiar de entrevistado cooperado

<b>Entrevistado 1 – Cooperado</b>			
<b>Fases</b>	2000 - 2008	2008 - 2016	2016 - 2024
<b>Mão de obra</b>	2 pessoas	3 pessoas	3 pessoas
<b>Principais atividades</b>	Banana, malva, <u>farinha</u> e arroz	<u>Murumuru</u> , farinha, açai, gado	<u>Murumuru</u> , açai, roça, frutas
<b>Canais de comercialização</b>	Atravessador	Cooperativa, PAA, Atravessador	Cooperativa, PAA, Atravessador

Fonte: Pesquisa de campo (2024)

As atividades produtivas que, no início dos anos 2000, eram baseados principalmente na produção e comercialização de banana, malva, farinha e um pouco de arroz, a partir de 2015, teve seu ponto de mudança ao iniciar a comercialização do murumuru e demais produções com a cooperativa, como apontado pelo entrevistado: “Já veio mudar depois que eu me associei na cooperativa (Entrevista de Campo, 2024)”.

Outro ponto importante observado é a evolução da mão de obra, que ao decorrer dos anos permaneceu mais restrito ao entrevistado e sua esposa e filho, que parte do tempo está cursando o ensino fundamental, enquanto sua filha reside em outro município para estudar. Essa realidade reflete também nos sistemas de produção, sobretudo nos tamanhos das roças, uma vez que há diminuição da força de trabalho. Essa é uma das justificativas descrita pelo entrevistado para a diminuição dos roçados realizados pela família:

“Por causa da idade, a pessoa de idade vai ficando mais fraca, cansada, é diferente de 22 pra 49 anos, tava com toda a força naquele tempo, hoje eu já não tou (Entrevista de campo, 2024)”

A partir da comercialização com a cooperativa e com o PAA, houve uma diversificação dos produtos comercializados pela família, com o murumuru e as frutas, mantendo a roça para o consumo e comercializando seus excedentes.

No segundo exemplo, que chamaremos de Entrevistado 2, podemos observar a trajetória de uma família não cooperada, mas que comercializa o murumuru junto à cooperativa desde 2006. Nessa linha do tempo podemos verificar que a principal

atividade econômica é a comercialização da banana até 2006, quando o murumuru assume o papel de carro chefe da renda familiar.

**Tabela 6** - Trajetória familiar de entrevistado não cooperado

<b>Entrevistado 2 – Não cooperado</b>			
<b>Fases</b>	2000 - 2006	2006 - 2014	2014 - 2024
<b>Mão de obra</b>	2 pessoas	4 pessoas	4 pessoas
<b>Principais atividades</b>	Farinha, milho, feijão, <u>Banana</u>	<u>Murumuru</u> , açaí e roça para o consumo	Açaí, cupuaçu, cacau, roça e <u>murumuru</u>
<b>Canais de comercialização</b>	Atravessador	Cooperativa e Atravessador	Cooperativa e Atravessador

Fonte: Pesquisa de campo (2024)

Nesta trajetória familiar observamos que, mesmo não cooperado, a Coomar é um canal de comercialização importante para a família, por meio do extrativismo do murumuru, renda também que permite investimentos em outras atividades que compõe o projeto de vida da família, como o plantio de açaí, cupuaçu e cacau, integrados em um sistema agroflorestal, como forma de diversificar a produção e comercialização.

### 5.3.3. O papel da Coomar

A observação das trajetórias dos sistemas produtivos e práticas comerciais, bem como das mudanças percebidas, indica-nos que a cooperativa Coomar exerce um papel importante na evolução da produção local, uma vez que se consolida como um canal de comercialização para a produção, bem como de acesso a mercados.

As famílias se inserem na cooperativa a partir do momento em que observam que a Coomar oferece certo leque de estratégias que possibilitam a diversificação da comercialização, como o extrativismo do murumuru, acesso ao PAA e PNAE, além da venda direta na Cantina da produção das roças. Todavia, a inserção a esses novos mercados resulta em efeitos observados nos sistemas de produção das famílias que, como discutido anteriormente, adaptam-se às novas demandas.

Uma das atividades econômicas viabilizadas pela cooperativa com visíveis efeitos sobre os sistemas de produção é o extrativismo do murumuru. No entanto, para observamos esses efeitos é importante que resgatemos e consideremos as especificidades do território quilombola de Pimenteira. Anterior ao início da atividade

com o murumuru, a comunidade passou por um processo de formalização da identidade coletiva, através do autorreconhecimento quilombola, a criação da Associação e requerimento da titulação coletiva da área. Essa identidade coletiva é uma das características dessas comunidades negras rurais, apontado também por Furtado, Pedroza e Alvez (2014), que reforçam a forma comunal de se relacionar com a terra como um elemento da identidade quilombola. Dessa forma, o processo de reconhecimento legal formaliza, por meio de certificações e titulações, a posse coletiva que caracteriza esses territórios.

Outro aspecto é a especificidade da forma como se relacionam tradicionalmente com o território e fazem a gestão dos recursos, que permitiu a manutenção de áreas de vegetação, garantindo atualmente a disponibilidade de recursos, sobretudo das “áreas de baixo”, ou seja, áreas próximas a cursos d’água, temporariamente inundadas e não adequadas para a abertura de roças, principais áreas de ocorrência de palmeiras como o murumuru. Com esses aspectos em mente, podemos compreender como, na realidade desse território, a atividade do murumuru e a Coomar influenciam no cotidiano das famílias cooperadas e não cooperadas. As áreas de “baixios”, impróprias para as roças, permaneceram áreas comuns devido à trajetória agrária do território; com a valorização do Murumuru via Coomar, os agricultores são incentivados para as conservar. Outro vetor da mudança produtiva e da diversificação de atividade recentes, a coleta do açaí nativo, e o aumento dos açaizais plantados, foi realizado sem a participação da cooperativa.

O extrativismo do murumuru, como opção de maior geração de renda viável para as famílias possibilitada pela relação com a cooperativa e disponibilidade de recurso, é um dos fatores de diminuição das áreas de roça, uma vez que aloca parte da força de trabalho da família para as atividades de coleta e quebra das sementes. Não se trata do único fator, uma vez que outros elementos também podem ser observados, como a menor disponibilidade de mão de obra para a atividade e fatores agroecológicos, como problemas de fertilidade dos solos locais, no entanto se apresenta como um fator relevante. No Quilombo de Jacarequara, Ferreira-Alves e Santos-Fita (2023), também apontam que a diminuição das roças foi uma das principais mudanças com o advento da coleta do murumuru, estabelecendo-se uma nova relação entre o humano e os recursos naturais.

Por meio de outros canais de comercialização que a cooperativa oferta para os cooperados, como a Cantina e os mercados institucionais, embora em menor quantidade em vista do contexto político municipal, as famílias podem diversificar sua produção e comercialização, tanto com a produção das roças, quanto das hortas e quintais, pois há uma segurança maior de compra da produção, fazendo com que as famílias priorizem a comercialização com a Coomar:

[...] tudo os poucos que a gente pega é pra cooperativa, a gente tem uma macaxeirazinha é pra cooperativa, a gente tem um milhozinho pra vender é pra cooperativa. Tudo é assim, maxixe a gente leva pra cooperativa, o jerimum, a gente leva assim pra cooperativa (Entrevista de campo, 2024).

Dessa forma, apesar das mudanças, não há uma total especialização na atividade extrativa do murumuru, uma vez que há outros canais e redes de comercialização de diversas produções que geram renda e possibilitam o investimento em outras atividades, como o plantio de açaí. Somando-se a isso, esses investimentos também são possíveis para os cooperados através do microcrédito, pequenos empréstimos com objetivo de investimento nas atividades agrícolas:

Na cooperativa a gente tem o microcrédito, que passa pros sócios. Já acessei bem umas três vezes, a gente investe sempre na agricultura também, em roça, planta feijão, feijão também aqui a gente só faz mesmo pro consumo (Entrevista de campo, 2024).

O extrativismo do murumuru também apresenta efeito sobre a gestão do território, uma vez que grande parte da coleta ocorre dentro do território coletivo. Para a coleta, existem acordos informais que objetivam fazer uma divisão de áreas de coleta para cada família, em geral, as áreas florestadas mais próximas de sua residência. A disponibilidade do recurso permite que haja mínimos conflitos quanto à essas divisões, mesmo quando há o “desrespeito a essas fronteiras definidas”, ou seja, quando uma família realiza a coleta em áreas que comumente são coletadas por outra família. Esses acordos também vigoram para o uso da centrífuga de murumuru, maquinário utilizado para a quebra das sementes. Por se tratar de uma atividade nova iniciada no ano de 2024, as principais limitações envolvem a capacidade do maquinário.

Além disso, embora a coleta e secagem ocorra de modo individualizado por cada família, a coletividade é observada por meio dos mutirões que são realizados para a quebra e separação das sementes. Dessa forma, a inserção dessa atividade influencia na gestão do território e, principalmente dos recursos, demandando acordos

de uso, mesmo que implícitos, entre as famílias e gera reflexões sobre o uso dos recursos disponíveis. Ainda que baseado no individualismo, algumas etapas da cadeia produtiva do murumuru reforçam aspectos coletivos que são característicos das comunidades quilombolas na Amazônia. Embora a coleta seja realizada individualmente, tanto a quebra quanto a separação do material são realizadas, muitas vezes, por meio de mutirões.

Esses efeitos podem ser observados em outros estudos que abordam a relação entre parcerias comerciais para o extrativismo de oleaginosas via cooperativas com empresas de cosméticos no estado do Pará. Amaral e Santos (2021), estudando comunidades rurais no município de Bragança, reforçam que a renda advinda dessa atividade possibilita investimentos, como a compra de novas ferramentas para trabalhar no campo e de sementes para aumentar as plantações.

Entretanto, os autores também recordam que as cooperativas e, por consequência, as famílias ficam altamente dependentes da lógica do mercado e do capital, pois não possuem controle do circuito produtivo. Esse aspecto também é reiterado por Almeida e Da Silva (2018), quando afirmam que as comunidades inseridas nessas parcerias comerciais são subordinadas às oscilações de mercados e práticas individualistas, que nesse estudo de caso, observamos acontecer em alguns pontos da cadeia produtiva.

Em vista disso, a não especialização no extrativismo e acesso a outros mercados como forma de diversificação da comercialização se mostra como uma estratégia importante. Essa estratégia de diversificação dos canais é realizada também pela Cooperativa Mista de Agricultores Familiares dos Caetés (Coomac) no município de Bragança e é fundamental, como aponta Amaral e Santos (2021), para minimizar a subordinação na cadeia produtiva das oleaginosas, através do beneficiamento, busca de novos mercados e diversificação dos produtos.

Ademais, os estudos que abordam o extrativismo de oleaginosas em comunidades rurais na Amazônia reforçam os efeitos positivos dessas parcerias para a geração de renda por meio da floresta em pé, incentivando a preservação dos recursos florestais nas comunidades (Costa e Simões, 2013; Ferreira-Alves, 2022; Almeida e Da Silva, 2018; Amaral e Santos, 2021)

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta da dissertação foi compreender como evoluíram os sistemas de produção e práticas de comercialização no Quilombo de Pimenteira e, em meio aos diversos fatores, identificar como a Coomar participa e influencia nesses processos. Evidenciou-se que a produção na comunidade se transformou e se adaptou ao decorrer das trajetórias das famílias, em vista do mercado e do projeto de vida de cada agricultor, e a Coomar, nesse cenário, desempenhou, junto a outros atores, papel importante como promotor dessas transformações.

Os mercados acessados via cooperativa moldaram parte das mudanças percebidas nos sistemas de produção, como a inserção do extrativismo do murumuru como principal atividade geradora de renda, maior comercialização e valorização dos cultivos dos quintais agroflorestais, como frutas e hortaliças, e possibilidade de investimento na agricultura, por meio da renda alcançada.

Além disso, por meio do extrativismo do murumuru, a cooperativa exerce influência também na gestão coletiva do território, demandando reflexões e regras de uso, para que todos possam acessar os recursos disponíveis, fato que, durante a pesquisa de campo, mostrou-se factível na comunidade. Todavia, compreender de forma mais profunda como se dá a gestão do extrativismo em territórios coletivos, como ocorre em comunidades quilombolas e indígenas, é um campo de pesquisa importante de ser aprofundado.

As redes de cooperação que atuam no território, tanto a Coomar, quanto as atividades da associação e da Rede Bragantina de Economia Solidária, reforçam as atividades coletivas na comunidade em contraposição ao individualismo imposto pelos mercados convencionais, fortalecendo esses territórios coletivamente e, por meio da geração de renda, são elementos que colaboram com a permanência dessas famílias em seus territórios, por meio de uma produção que preserva as áreas florestadas.

Todavia, é importante ressaltar a dependência do mercado aos quais essas relações comerciais são subordinadas, e a importância da diversificação como instrumento de manutenção da autonomia dessas comunidades.

Dessa forma, os caminhos percorridos pela pesquisa possibilitaram outras reflexões acerca de temáticas importantes que estão interligadas com as trajetórias agrárias da comunidade. Um ponto importante de reflexão para estudos posteriores é a gestão de recursos em territórios coletivos e como que as novas demandas de

mercado, sobretudo o extrativismo de oleaginosas, altera as relações com o recurso e de acesso nesses territórios coletivos. O aprofundamento nessas questões é fundamental para a compreensão da gestão desses territórios.

Outro ponto importante são os efeitos que as redes de cooperação exercem nessas comunidades, atuando como forma de fortalecer o caráter coletivo das relações sociais, frente ao caráter individualista dos mercados convencionais. Aprofundar-se nessa temática é fundamental para compreender esses dispositivos coletivos e sua atuação junto às comunidades.

## REFERÊNCIAS

- ACEVEDO MARIN, R. E.; CASTRO, E. M. R. de. **Negros do Trombetas: guardiães de matas e rios**. Belém: Ed. da UFPA, 1993. 234 p.
- ALMEIDA, A. D. de; DA SILVA, A. B. Os impactos das práticas comerciais da empresa de cosméticos Natura na Comunidade Quilombola do Jacarequara em Santa Luzia Do Pará - Pa. **Nova Revista Amazônica**, v. 6, n. 1, p. 13-30, 2018.
- ALMEIDA, A. W. B. de. Identidades, territórios e movimentos sociais na Pan-Amazônia. *In*: ACEVEDO MARIN, R. E.; ALMEIDA, A. W. B. de (Org.); ASSOCIAÇÃO DE UNIVERSIDADES AMAZÔNICAS. **Populações tradicionais: questões de terra na Pan-Amazônia**. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, 2006. 104 p.
- ALTIERI, M. A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- ALTIERI, M. A. **Agroecology: the science of sustainable agriculture**. 1995
- ALTIERI, M. A. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Expressão Popular, Rio de Janeiro: AS-PTA, 2012.
- ALVES, R. N. B.; MODESTO JÚNIOR, M. de M.; BAIZI E SILVA, A. R.; NAKASONE, A. K.; NETO, J. T. de F. **Podridão em raízes de mandioca: problemas e soluções para o seu controle**. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2020.
- AMARAL, M. D. B; SANTOS, T. A. dos. Agroecologia e comunidades da Amazônia: um estudo da inserção das comunidades de Bragança (PA) na produção agroecológica. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v.15, n.37, jan./abr. de 2021.
- ANDRADE, M. C.; ALVES, D. C. Cooperativismo e Agricultura Familiar: um estudo de caso. **Revista de Administração IMED**, 3 (3), p. 194-208, 2013.
- ANJOS, R. S. A. dos. Cartografia e Quilombos: Territórios étnicos africanos no Brasil. **Africana Studia**, Nº 9, 2006.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. **Documento do Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais**. Rio de Janeiro: Boletim Informativo NUER, 1994.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução Nº 2191**. Crédito Rural - Institui o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Brasília, 1995.
- BEZERRA, V. S. **Considerações sobre a palmeira murumuruzeiro (*Astrocaryum murumuru* Mart.)**. Macapá: Embrapa, 2012.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Decreto n. 4887 de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68

do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF: Presidência da República, 2003.

BRASIL. **Lei Nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2009.

BRASIL. **Lei Nº 14.628, de 20 de julho de 2023**. Institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Cozinha Solidária; altera as Leis nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos); e revoga dispositivos das Leis nº 11.718, de 20 de junho de 2008, 11.775, de 17 de setembro de 2008, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 14.284, de 29 de dezembro de 2021. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2023.

CALDEIRA, C. **Mutirão: formas de ajuda mútua no meio rural**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

CARDOSO, A. A. I. Sobre escravos e regatões: sociabilidades, conflitos e alianças complexas no território amazônico oitocentista. *In: Simpósio Nacional de História*, XXVIII, Florianópolis, 2015.

CASTRO, E M. R. de. Terras de preto entre rios e igarapés. *IN: CASTRO, E. M. R. de (Org.). Belém de águas e ilhas*. Belém: CEJUP, 2006a. 402 p.

CASTRO, E M. R. de. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. *IN: DIEGUES, A. C. S. Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza*. São Paulo: HUCITEC, NUPAUB-USP, 2000. iii, 290 p.

CASTRO, E. M. R. de (org.). **Escravos e senhores de Bragança**: (documentos históricos do século XIX, região bragantina, Pará). Belém: UFPA, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2006b.

CHAYANOV, A. **A teoria das cooperativas Camponesas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

CHIARIELLO, C. L. **Análise da gestão de cooperativas rurais tradicionais e populares**: estudo de casos na Cocamar e Copavi. 2008. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção). Universidade Federal de São Carlos, 2008. 151 f.

CHRISTOFFOLI, P. I. Cooperação Agrícola. *IN: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, A.; FRIGOTTO, G. (org.). Dicionário de educação do campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. **Pimenteira**. 2021. Disponível em: <https://cpisp.org.br/pimenteira/>

CONGILIO, C. R.; IKEDA, J. C. O. A ditadura militar, expansão do capital e as lutas sociais no sudeste paraense. **Lutas Sociais**, São Paulo, vol.18 n.32, p.79-90, 2014.

CORREA, S. da S.; RIBEIRO, A. F. A.; SILVA, R. G. da C. A subjugação da força de trabalho quilombola ao capital na Amazônia: análise sobre o Quilombo Boa Vista no município de Oriximiná (Pará). **Terra Plural**, v. 9, n. 2, p. 39–55, 2017.

CORREIA, J. R.; BUSTAMANTE, P. G.; EMPERAIRE, L.; MITJA, D. Desafios da Pesquisa Participativa e Restituição em Projeto de Pesquisa junto a Pequenos Agricultores. **Cahiers des Amériques latines**, 72-73, p. 123-140, 2013.

COSTA, A. P. D.; SIMÕES, A. Extrativismo florestal não-madeireiro do murumuru *Astrocaryum murumuru* Mart.: uma proposta de conservação do agroecossistema da comunidade de Santo Antônio, município de Igarapé-Miri - Pará. **Cadernos de Agroecologia**, Vol 8, No. 2, 2013.

COSTA, M. E. S. **Transformações na paisagem no decorrer do processo de formação e colonização do município de Santa Luzia do Pará**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Faculdade de Geografia, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Marabá. p. 87. 2015.

CULTI, M. N. **O desafio do processo educativo na prática de incubação de empreendimentos econômicos solidários**. 2006. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

DA COSTA, J. F. R.; MEDEIROS, M.; BARROS, F. B. “Quem planta, quando precisa tem”: terreiros socioprodutivos quilombolas na Amazônia Marajoara. **Mundo Amazônico**, 15(2), p. 35-38, 2024.

DE MARCOS, V. **Os camponeses e as práticas de cooperação no campo brasileiro na atualidade**. Tradução. Rio de Janeiro: Consequência, 2016.

DIAS, M. M. **As ONGs e a construção de alternativas para o desenvolvimento rural**: um estudo a partir da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA). 2004. 207 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2004.

DIAS, O. C.; LOPES, M. R.; AGUIAR, A.; MEDEIROS, M.; TECCHIO, A. Quintais agroflorestais amazônicos: o protagonismo das mulheres quilombolas no Baixo Tocantins, PA. **Desenvolvimento Rural Interdisciplinar**, Porto Alegre, v. 3, n.1, 2020.

DUFUMIER, M. **Projetos de desenvolvimento agrícola**: manual para especialistas. 2. ed. Salvador, BA: EDUFBA, 2010.

DURÃO, H. L. G. **Entre retiros e roças quilombolas**: a agrobiodiversidade na comunidade quilombola de Porto Alegre, na Amazônia Tocantina (Pará). Dissertação (Mestrado em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável) – Instituto de Agriculturas Amazônicas, Universidade Federal do Pará. Belém, p. 95, 2023.

ÉGLER, E. G. A zona bragantina do Estado do Pará. **Revista Brasileira de Geografia**, p. 75-103, 1961.

EMPERAIRE, L.; FAUSTO, C.; FREITAS, F.; SANTOS, G. M. dos; SMITH, M.; BUSTAMANTE, P. G. Agrobiodiversidade e roças. *IN: CUNHA, M. C. da; MAGALHÃES, S. B.; ADAMS, C. Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças.* São Paulo: SBPC, pp. 18-56, 2021.

FERREIRA-ALVES, E. S. **Agrobiodiversidade, conhecimentos e práticas tradicionais sobre plantas alimentícias na comunidade quilombola do Jacarequara, Santa Luzia do Pará, Nordeste Paraense.** Dissertação (Mestrado em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável) – Instituto de Agriculturas Amazônicas, Universidade Federal do Pará. Belém, p. 189, 2022.

FERREIRA-ALVES, E. S.; SANTOS-FITA, D. As roças e o extrativismo na comunidade quilombola do Jacarequara, Santa Luzia do Pará, Nordeste Paraense. **Revista NERA**, v. 26, n. 66, p. 123-150, mai.-ago., 2023.

FRANTZ, W. **Associativismo, cooperativismo e economia solidária.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2012. 162 p.

FURTADO, M. B.; PEDROZA, R. L. S.; ALVES, C. B. Cultura, identidade e subjetividade quilombola: uma leitura a partir da psicologia cultural. **Psicologia & Sociedade**, 26(1), p. 106–115, 2014.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.

GRISA C., SCHNEIDER S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Rev Econ Sociol Rural [Internet]**, vol. 52, 2014.

JORGE, R. F. L.; NASCIMENTO, L. Z. do; DE ALMEIDA, T. A. Q.; GHIRARDI, M. de N. R.; GHIRARDI, V.; SÁ, T. D. A; ABREU, L. de F. Rede Bragantina, ATAVIDA, COOMAR, ECRAMA e parceiros: contribuição integrada à construção do conhecimento agroecológico no nordeste do estado do Pará. **Cadernos de Agroecologia**, Anais do XII Congresso Brasileiro de Agroecologia, Rio de Janeiro, v.19, n.1, 2024.

LEANDRO, L. M. de L. **Campesinato e abastecimento na Zona Bragantina.** Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará. Belém, p. 123. 2010.

LEITE SOARES, F. I.; VIEIRA, T. A.; FARIAS, M. A. S.; MACHADO, V. M. Mercados institucionais e agricultura familiar: uma análise do programa de aquisição de alimentos (PAA) na região do baixo amazonas. **Revista Econômica do Nordeste**, [S. l.], v. 53, n. 4, p. 173–185, 2022.

LEITE, I. B. O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. **Revista Estudos Femininos**, 16(3), 2008.

LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário Antropológico**, [S. l.], v. 28, n. 1, p. 251–290, 2018.

MACHADO, V. Os efeitos da modernização agrícola implantada pelos militares pós-64: a proletarização do trabalhador rural e o acirramento dos conflitos no campo. *In*: TORRI, M. A.; CZAJKA, R. (org.). **Intelectuais, cultura e pensamento social no Brasil**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: NEAD, 2010.

MEIRELLES FILHO, J. C. **O Livro de ouro da Amazônia**. 5. ed., rev. amp. [Rio de Janeiro]: Ediouro, 2006.

MELO, M. do S. O. de; OLIVEIRA, M. S. da S. **Estudo socioambiental da comunidade quilombola da Pimenteira, município de Santa Luzia do Pará, nordeste paraense, Amazônia Oriental**. 2019. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Agrônoma) - Universidade Federal Rural da Amazônia, Campus Capanema, (PA), 2019.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Murumuru: boas práticas para o extrativismo sustentável orgânico**. Brasília, DF: MMA, 2017.

MORAIS, S. R. de; SANTOS, E. C. R. dos. Estudo de caso da COOPERPRATA: o cooperativismo na agricultura familiar – MT. **REVICOOP**, v. 2, 2021.

MOTA, D. M. da; FELICIEN, A.; PEIXOTO, Q. de M.; GHIRARDI, N. R. Comida de hoje, comida de ontem em quilombos na Amazônia Oriental do Pará. **Revista De Economia E Sociologia Rural**, 62(3), 2024.

NASCIMENTO, R. L.; KIKUCHI, R. Y. P.; COSTA, A. R. M. da; SERRA JÚNIOR, J. M.; DO NASCIMENTO, W. L. N. Cooperativismo e o desenvolvimento socioeconômico da agricultura familiar no Baixo Tocantins, Amazônia brasileira. *In*: **CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS**, IV, 2019. Recife, 2019.

NOGUEIRA, K. de N. S.; AMERICO, M. do C. da S.; COSTA, F. de A. Guardiões da floresta na Amazônia Tocantina: mapeamento de uso e cobertura do solo de populações tradicionais quilombolas e agroextrativistas da região das ilhas, no município de Mocajuba-PA. *In*: BAHIA, M. C.; NASCIMENTO, D. M. (Org.). **Estado, sistemas produtivos e populações tradicionais**. Belém, PA: NAEA, 2014. 431 p.

OLIVEIRA, R. S. de; SANTOS, J. de L. Do pioneirismo de Rochdale ao cooperativismo/associativismo no capitalismo – uma análise do controle do estado no espaço agrário brasileiro. **Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)**, Sobral-CE, v. 14, n. 1, p. 69-80, 2012.

OLIVEIRA, W J. de S.; MACHADO, E. F.; BRANDÃO, L. de C.; SILVA, S. G. do N.; OLIVEIRA, Z. T. de; LIMA, A. N. P. Território, meio ambiente e soberania alimentar: o caso da comunidade quilombola do Tipitinga, Santa Luzia do Pará, Nordeste Paraense. **Cadernos de Agroecologia**, Anais do XII Congresso Brasileiro de Agroecologia, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, 2024.

PEREIRA, C. da S.; OLIVEIRA, A. M. de. A titulação coletiva de terras quilombolas e os conflitos por direitos territoriais no estado do Rio Grande do Norte, Brasil. **Ateliê Geográfico**, Goiânia-GO, v. 13, n. 1, p. 150 – 169, 2019.

REIS, M. de N. F. **Dinâmica do cooperativismo alternativo na Bragantina, Estado do Pará: agricultores familiares no caminho da participação e da gestão**. 2002. 229 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2002.

RIBEIRO, L. C.; SCHMITZ, H. Associações quilombolas e resistência à agroindústria do dendê na Amazônia Paraense. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales**, 2018.

ROCHA, A. C. de O. **Trajetórias e concepções do cooperativismo camponês no nordeste paraense**. 2020. 116 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2020.

SANTOS, A. E. S. Pimenteiras: Os saberes na identidade da comunidade remanescente de quilombola. **Nova Revista Amazônica**, vol. 1, 2018.

SCHNEIDER, S. Mercados e agricultura familiar. *In*: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (org.). **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2016.

SILVA JUNIOR, L. A.; LEÃO, M. B. C. software Atlas.ti como recurso para a análise de conteúdo: analisando a robótica no Ensino de Ciências em teses brasileiras. **Ciênc educ (Bauru)**, 24(3), p. 715–28, 2018.

SILVA, C. M. V. da; SCHULTZ, G. Acesso a mercados e gestão de cooperativas da agricultura familiar no Brasil. **Revista Espacios**, v. 38, n. 44, p. 23-39, 2017.

SILVA, R. M. A. da; NUNES, E. M. Agricultura familiar e cooperativismo no Brasil: uma caracterização a partir do Censo Agropecuário de 2017. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 61(2), 2023.

SODRÉ, R. C. **“Aqui é uma parentesa só”**: Conjugalidade, Gênero e Identidade na Comunidade Quilombola de Narcisa – Capitão Poço/PA. 2015. 231 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

SOUSA, A. M. P.; PONTES, B. S.; SILVA, M. J. S. da; VIEIRA, T. A. Cooperativismo em comunidades florestais na Amazônia: o que dizem os não membros? **Ambiente & Sociedade**, vol 22, 2019.

SOUSA, E. R. de. **Estudo das práticas de mutirão: transformações no conhecimento em comunidades tradicionais do Vale do Mearim, Estado do Maranhão**. 2013. 185 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Belém, 2013.

SOUZA, B. O. **Aquilombar-se**: panorama histórico, identitário e político do Movimento Quilombola Brasileiro. 2008. 204 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

VASQUES, M. da S.; FRAXE, T. de J. P.; PIMENTA, H. F. da S.; CHAGAS, J. C. N. das; BASÍLIO, C. M.; NETO, M. J. S. Agricultura Familiar Indígena: Caracterização dos meios de manutenção da comunidade Ilha das flores – São Gabriel da Cachoeira/AM. *In*: FRAXE, T. J. P.; SANTIAGO, Jozane Lima (Org.). **Agroecologia em sociedades amazônicas**. Manaus: Moderna, 2015.

VELHO, O. G. **Frentes de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da transamazônica. 2 ed. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

## APÊNDICE A – ROTEIROS DE ENTREVISTA

Universidade Federal do Pará  
 Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares  
 Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Amazônia Oriental  
 Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas  
 Mestranda – Eduarda Emília Magalhães Cristóvão

### Roteiro de Comunidade

<b>Períodos e datas</b>	<b>Ecosistemas</b> (Caracterização da paisagem na comunidade)	<b>População rural e sistema de produção agrário</b> (Número de famílias, cultivos/atividades realizadas)	<b>Condições de comercialização</b> (Canais de comercialização, quantas famílias acessam e como, quem organiza esses canais, volume, preço, custos, riscos)	<b>Infraestrutura</b> (Acesso a estradas e mercados para escoamento da produção; políticas públicas)
Período 1				
<b>O que mudou e por quê?</b> (Observar vantagens e desvantagens do período)				
Período 2				
<b>O que mudou e por quê?</b> (Observar vantagens e desvantagens do período)				
Período 3				
<b>O que mudou e por quê?</b> (Observar vantagens e desvantagens do período)				
Período atual				

## Roteiro de Famílias

### Histórico da família

<b>Períodos e datas</b>	<b>Ecosistema</b> (Como era a paisagem no lote)	<b>Atividades desenvolvidas</b> (sistemas de produção, carro-chefe)	<b>Mudanças na família</b> (Evolução mão de obra, trabalhos externos, Importância da agricultura para a família)	<b>Comercialização</b> (principais canais utilizados, cenário local e políticas públicas)
Período 1				
<b>O que mudou e por que essa decisão?</b>				
Período 2				
<b>O que mudou e por que essa decisão?</b>				
Período 3				
<b>O que mudou e por que essa decisão?</b>				
Período atual				

- 1- Em cada momento de ruptura: o que se pensava fazer naquele momento? (produção, comercialização e projeto coletivo)
- 2- Em cada momento de ruptura: por que as mudanças nas atividades?
- 3- O que se pretende fazer no futuro?



## APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**Título:** Influências do cooperativismo em lógicas produtivas de uma comunidade quilombola em Santa Luzia do Pará, Nordeste Paraense.

A presente pesquisa se propõe analisar como o papel da COOMAR e como ela influencia nas lógicas produtivas de cooperados e não cooperados da comunidade quilombola de Pimenteira, em Santa Luzia do Pará. A coleta dos dados será realizada através entrevista. As ferramentas utilizadas para a coleta de dados serão questionários semiestruturados, celular, câmera fotográfica e gravador de áudio. A pesquisa será realizada por meio de autorização das famílias e da assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido.

Em qualquer momento do estudo o participante terá acesso aos responsáveis pela pesquisa, para esclarecimento de dúvidas: Discente - Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas-UFPA Eduarda Emilia Magalhães Cristóvão, (91) 980747177, e-mail: eduardamaga30@gmail.com e Docente- Programa de Pós-Graduação em Agricultura Amazônicas-UFPA Luis Mauro Santos Silva.

O participante tem total liberdade de deixar de participar da pesquisa, sem que haja qualquer prejuízo. Vale ressaltar que o participante que concordar em participar da pesquisa não terá custo financeiro algum em qualquer momento da pesquisa.

Declaro para os devidos que compreendi o objetivo da pesquisa, como também que minha participação não terá custo. Desta forma, concordo participar de forma voluntaria dessa pesquisa.

Santa Luzia do Pará, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

---

Assinatura do participante

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o consentimento livre e esclarecido deste participante:

---

Eduarda Emilia Magalhães Cristóvão  
Pesquisador responsável